

Apresentamos aqui o caso que ilustra nossa proposta de perceber a violência nas novas guerras, apresentada no capítulo anterior. O objetivo de trazer o caso da guerra da BH, mais especificamente o cerco à sua capital, Sarajevo, é mostrar que o uso da força extrapolou a mera violência direta e assumiu uma dimensão mais ampla, que identifica elementos da violência estrutural dos Estudos da Paz. Esta foi legitimada por um arcabouço nacionalista construído a partir de discursos políticos e práticas sociais excludentes – as políticas de identidade – que evidenciariam a violência cultural. No caso, essa dinâmica aconteceu durante a década de 1980 e tinha como origem as elites políticas iugoslavas, em um esforço de promoção da violência de cima para baixo.

O caso da BH é considerado o paradigma das novas guerras (Kaldor, 2001, p. 31). Durante os quase três anos em que a guerra *oficialmente* aconteceu, inúmeros exemplos da quebra da institucionalização da violência foram percebidos, alterando o *warfare* e impactando diretamente no seu financiamento. Isso evidencia uma lógica na violência que extrapolava a vitória na guerra, seja por parte das elites, seja pela população comum.

Este capítulo se estrutura em quatro partes. Na seção 6.1, apresentamos as condições políticas e históricas que antecederam a guerra da BH. Fazemos uma breve contextualização da formação do Estado iugoslavo e as estratégias políticas desenvolvidas por Tito para manter o Estado unido, apesar das diferentes etnias. Também expomos os problemas decorrentes de sua morte e preparamos o espaço para a narrativa sobre as décadas de 1980 e 1990, objetos das seções seguintes.

Em 6.2 mostramos as tensões políticas que levaram à exacerbação do discurso nacionalista sérvio e as condições que permitiram a subida de Slobodan Milošević ao poder. As tensões nacionalistas e as respostas das elites sérvias são expostas aqui, bem como o espaço propiciado para o surgimento de grupos nacionalistas que se valiam da força para lidar com a diferença étnica. Ilustramos

esta seção com exemplos da violência desenvolvida contra seus opositoristas, criando um cenário insustentável que levaria às eleições de 1990 e à fragmentação da ex-Iugoslávia. O propósito desta seção é mostrar que as políticas de identidade criaram o espaço para a violência cultural. Esta legitimava atos de violência e de repressão que catalisaram e anteciparam a violência da guerra.

A seção 6.3 apresenta o cerco a Sarajevo. Desenvolvemos uma narrativa que ilustra os três eixos analíticos apresentados no capítulo quatro e que caracterizam o papel social assumido pela violência. As três formas de violência dos Estudos para a Paz – direta, estrutural e social – estão presentes no cerco, que funciona como um micro-cosmos do restante da guerra (Hall, 1994, p. 117). A força é utilizada para alcançar fins políticos defendidos e definidos pelo discurso nacionalista de exclusão e de erradicação da diferença.

Apresentamos dois conjuntos de práticas que ilustram nosso argumento. O primeiro deles diz respeito à forma como a guerra era lutada, seus alvos e suas práticas, rompendo com o modelo tradicional de guerra e do emprego da força nestes conflitos armados. O segundo conjunto de práticas se correlaciona com o primeiro e pode ser entendido como uma consequência daquele: é a entrada de grupos privados na guerra e a sua contribuição para a continuidade e perpetuação da violência.

O primeiro conjunto de práticas evidencia, mas não se limita a, a ruptura entre combatentes e não-combatentes das guerras tradicionais. Ela é colocada aqui através da exposição da violência promovida contra a população e contra alvos de valor cultural. O objetivo é mostrar que a violência foi usada deliberadamente para atingir fins políticos, tornando-se um mecanismo para criar condições insustentáveis de sobrevivência. Apesar de sua caracterização como bárbara, havia uma lógica política e uma racionalidade no seu emprego, caracterizando-a como um instrumento de política. Ao mesmo tempo, a violência era uma forma de garantir a validade das políticas de identidade e das violências de cima para baixo e de baixo para cima.

A participação dos grupos privados na guerra ilustra as dinâmicas que conduzem ao papel social assumido pela violência. A participação desses grupos no cerco a Sarajevo é bastante importante porque ilustra exemplos dos três eixos analisados no capítulo quatro. Os grupos privados constituíram as forças de

defesa de Sarajevo, rompendo com a institucionalização da guerra, e proporcionando recursos para resistir ao cerco. Sua participação também possibilitou o prolongamento do conflito, já que houve a utilização da força como meio de se inserirem legitimamente na sociedade. Com isso, e também em razão da impunidade que predominava na sociedade, aumentaram o seu poder, buscando mecanismos para financiar seus esforços de guerra: a exploração do mercado negro e a cooperação com os adversários caracterizavam a violência como assumindo o seu papel social.

Mostramos que, apesar das condições de inimizade latentes, a violência deixa de ser um meio para ser encarada como um fim a ser alcançado, de modo a garantir poder, recursos e prestígio. Isso possibilita a continuidade da guerra e a violência assume um papel de elemento de coesão social, unindo não apenas membros de uma mesma nacionalidade, como também aproxima indivíduos tidos como inimigos, em um processo de cooperação.

Finalmente, em 6.4, mostramos que a dinâmica da violência no cerco a Sarajevo impediu a securitização por parte dos objetos referentes dos setores ameaçados. Mesmo com a ameaça existencial – representada pela incidência da violência, tal como mostramos no capítulo cinco – presente, o discurso de securitização não encontrava audiência naquele Estado. A violência promovida pelo governo federal contra a população de Sarajevo era colocada como política e, portanto, dentro das regras do jogo. O governo bósnio, por sua vez, reconhecia a ameaça existencial a Sarajevo, mas não atuava para contê-la, pois o cerco captaria o apoio necessário para acabar com a violência em seu país.

O caso de Sarajevo representa um problema para a teoria da securitização da Escola de Copenhague uma vez que opera em um Estado não-democrático, onde não há como identificar uma audiência para o discurso de securitização. Trazemos, como sugerido no capítulo anterior, o instrumental da macro-securitização para apontar que a securitização da violência se deu a partir da recorrência à constelação de segurança e de atores internacionais, como a ONU e a mídia. Na constelação foram apontados outros nichos de segurança e outras audiências, proporcionando a reação extraordinária para conter a ameaça existencial/violência.

Nosso caso tem caráter ilustrativo, não analítico, e é construído a partir de narrativas que evidenciam o argumento que expusemos no capítulo cinco. É preciso problematizar a violência, tal como o faz os Estudos para a Paz, para que possamos compreender a sua centralidade para a Segurança. Para tanto, oferecemos uma visão panorâmica do cerco a Sarajevo e da guerra na BH, resgatando alguns eventos acontecidos entre 1992 e 1995 para evidenciar a violência sendo utilizada com fins políticos.

Gostaríamos de ressaltar que não ambicionamos, nem pretendemos promover uma descrição detalhada do cerco a Sarajevo nem da guerra da BH. Estes foram eventos complexos e com dinâmicas que foram estudados a fundo por uma diversidade de trabalhos, artigos e livros, acadêmicos ou não, além de uma extensa produção cinematográfica e documentários. Nosso objetivo aqui é situar o leitor em relação a alguns eventos e dinâmicas que marcaram o cerco. Mesmo que mencionando ao longo do capítulo alguns desses trabalhos, nosso objetivo é mostrar que as novas guerras explicitam a carência da violência para as teorias de Segurança e que aqueles dois instrumentais analíticos podem ajudar a resgatar a relação produtiva entre teoria e prática na Segurança.

6.1.

Os antecedentes da guerra: uma brevíssima história da Iugoslávia

Até a década de 1980, a República Socialista Federativa da Iugoslávia (“Iugoslávia”) era tida como um exemplo de Estado multi-étnico onde as relações entre os diferentes grupos que o formavam eram estáveis. Eventuais disputas eram resolvidas pacificamente pelo governo federal. Este cenário não era apenas uma imagem construída pela propaganda comunista: havia, de fato, estabilidade nas relações entre as etnias iugoslavas.¹⁶⁵ Contudo, isso acontecia devido à

¹⁶⁵ “A Revolução na Iugoslávia obteve êxito evitando que as nacionalidades no interior de suas próprias fronteiras se massacrassem entre si, por um longo tempo das suas histórias, e, apesar de essa conquista estar hoje infelizmente se desagregando, as tensões nacionais, pelo final de 1988, ainda não tinham levado a uma única fatalidade” (Hobsbawm, 1990, p. 205). Apesar dessas palavras, digamos, otimistas de Hobsbawm, o historiador considera que a ausência dessas fatalidades se deva a ausência de conflitos violentos entre as nacionalidades. Contudo, ele ignora que durante as décadas de 1970 e 1980 houve a exclusão da oposição política na ex-Iugoslávia, com o expurgo de políticos, líderes étnicos e intelectuais. Os relatos oficiais não falam de

existência de uma liderança que colocava na identidade iugoslava a fonte de união, relegando as identidades étnicas para um segundo plano, através de mecanismos institucionais de integração.

Ainda que carregada de uma herança de conflitos étnicos e tensões históricas, a Iugoslávia surge no pós-II Guerra Mundial sem se prender a qualquer tipo de comprometimento com as suas históricas origens étnicas (Rae, 2002, p. 175; Schöpflin, 2006, p. 23). O governo de Tito trouxe, sob o lema “irmandade e unidade”¹⁶⁶, um tratamento igualitário entre os povos e a defesa da identidade nacional iugoslava (Economides e Taylor, 2007, p. 66).¹⁶⁷ A preocupação era desenvolver uma estratégia voltada para o desenvolvimento em longo prazo visando o futuro da Iugoslávia, unindo seus povos. Para tanto, a identidade étnica não deveria interferir na identidade nacional iugoslava.

Não é que essas identidades étnicas tivessem sido abandonadas durante esse período, mas havia mecanismos institucionais que garantiam a presença de líderes dos diversos grupos que compunham o país no poder e, com isso, o foco era no Estado, não na cultura de cada um desses grupos (Schöpflin, 2006, p. 23). Com a exceção da BH (Glenny, 1996, p. 144-145), cada uma das repúblicas e províncias iugoslavas apresentava predomínio de uma etnia,¹⁶⁸ o que tornava o sentimento nacional associado ao étnico, em maior ou menor escala.

Não obstante a coexistência das identidades, a nacional e a local, todavia, ser relativamente estável, a utilização de critérios étnicos que remetesse à II

fatalidades, mas há grande probabilidade deste número ser consideravelmente maior que zero. Só não constam nas estatísticas oficiais.

¹⁶⁶ Em sérvio-croata, no original, *bratstvo i jedinstvo*.

¹⁶⁷ A preocupação de Tito em garantir a igualdade entre os povos que habitavam o território iugoslavo era clara, a fim de proporcionar uma convivência harmoniosa, incluindo as diversas minorias, em torno de um Estado pluralista. A Iugoslávia se preocupava em respeitar a diversidade étnica através da organização de um governo disposto num sistema federativo que proclamava a igualdade, a cooperação e a união das nações formadoras do Estado (Zagar, 2000). A estabilidade de fato existia, mas as tensões continuavam.

Essa opção acabou, contudo, por se mostrar prejudicial ao Estado no longo prazo. Nas palavras de George Schöpflin, relegar a etnicidade característica da Iugoslávia para um segundo plano acabou por tornar o Estado propício à ruptura e ao conflito entre os grupos que o formavam. A base nacionalista desenvolvida por Tito não seria suficiente para suplantar o histórico de tensões: “(...) the state was founded on a weak basis because of a set of serious misunderstandings; some of them were deeply structural, others contingent and derived from a cognitive screening out of long-term factors by short-term ones” (Schöpflin, 2006, p. 13).

¹⁶⁸ Mítja Zagar (2000, p. 131-2) apresenta uma tabela detalhada das etnias existentes no território iugoslavo ao longo do século XX, proporcionando um panorama ilustrativo para referências sobre a distribuição dos povos naquele Estado. Carter et al (2009, p. 239) traz uma figura ilustrando a composição étnica na BH em 1991, logo antes da guerra naquele país.

Guerra Mundial era proibida e reprimida pelas instituições políticas através de medidas tomadas em nível federal (Glenny, 1996, p. 148). “A Iugoslávia nunca se conformara com o fato de seus maiores segmentos terem se massacrado mutuamente” (Foer, 2004, p. 20).

O Partido Comunista Iugoslavo (“PCI”) – e, a partir de 1958, a Liga dos Comunistas da Iugoslávia (“LCI”)¹⁶⁹ – insistia na igualdade étnica e na proteção das minorias, resolvendo de maneira informal as disputas e conflitos internos. A divisão dos poderes e a atualização dos mecanismos de *power-sharing* eram elementos constantes na política, continuando pelas décadas seguintes. Isto transmitia a sensação de autonomia necessária para que a paz se mantivesse no território, mesmo que as liberdades e direitos não fossem os mesmos para todas as repúblicas.

O governo federal estava consciente da importância da pluralidade étnica para evitar a desintegração da Iugoslávia. Assim, mesmo admitindo apenas a identidade iugoslava como aplicável nas dimensões política e social, havia na constituição federal, sob diferentes formas, o reconhecimento da presença das várias etnias, especialmente pela adoção do termo “nacionalidades” para se referir a elas (Bose, 2002).

Mesmo com esse “reconhecimento” institucional, a predominância dos sérvios sobre as demais nacionalidades era notável (Zametica, 1992, p. 20) e estimulava manifestações pela separação das repúblicas não-sérvias da Iugoslávia. Isto começou a mudar a partir da década de 1960, com as reformas políticas promovidas por Tito. Houve um efetivo processo de descentralização do poder do nível federal para o das repúblicas, significando uma diminuição no papel dos sérvios.

Um marco para esse processo de descentralização foi a constituição de 1974, que buscou solucionar algumas questões quanto à divisão do poder das nacionalidades iugoslavas. De forma extremamente confusa, ela concedia maior autonomia às repúblicas (Kenkel, 1997, p. 11), retirando-as da área de influência –

¹⁶⁹ Em 1958, o PCI foi transformado em LCI, num primeiro passo rumo à sua independência do controle soviético. A mudança preservou formalmente as atribuições e estruturas burocráticas do partido dominante, mas abriu espaço para um processo gradual de democratização (Zagar, 2000).

e controle – sérvia (Cousens, 2002, p. 534). A reforma constitucional fortaleceu os processos internos de autonomia, acalmando os desejos de separação em razão da diferença dispensada às nacionalidades.

Les modifications constitutionnelles adoptées en 1974 touchèrent avant tout la Serbie, tout d'abord en raison de l'établissement d'un rapport asymétrique entre cette république et les deux provinces autonomes lui étant rattachées (le Kosovo et la Voïvodine), mais aussi en raison du fait que la décentralisation de la Fédération ne fut pas suivi de l'octroi d'une autonomie aux Serbes de Croatie (Simic, 1994, p. 135 *apud* Kenkel, 1997, p. 11-12).

A constituição de 1974 estabeleceu o princípio da soberania compartilhada entre as repúblicas a fim de assegurar a independência das nacionalidades enquanto se mantinha a integralidade do Estado. Cada uma delas receberia autonomia para desenvolver suas estruturas institucionais de governo e legislação, bem como o direito de emitir papel moeda, dentre outras atribuições. Apenas o exército mantido sob o controle federal (Cousens e Cater, 2001). Para a manutenção da ordem interna, as repúblicas tinham o direito de formar “forças de defesa” (Hall, 1994; p. 39; Banac, 2006, p. 33). Na prática, isto significava que os problemas mais importantes seriam discutidos no nível federal, inclusive as questões que envolvessem diretamente o uso da força: o poder continuava nas mãos de Tito (Zametica, 1992, p. 10; Cousens e Cater, 2001; Rae, 2002, p. 176).

A reforma constitucional mantinha viva a política de idéias titoísta. A cessão de certas prerrogativas para as repúblicas e províncias mantinha a Iugoslávia unida, enquanto promovia um projeto para o futuro incluyente e universalizante. Esse arranjo, entretanto, facilitava eventuais tentativas de independência das repúblicas, porque já havia instituições políticas que permitiriam a transição política estável da federação iugoslava para um Estado autônomo.

A maioria sérvia acreditava, porém, que as mudanças políticas resultariam na ruptura da Iugoslávia (Biserko, 2009, p. 243). O lema histórico “apenas a união poderia salvar a Sérvia”¹⁷⁰ expressava o receio sérvio na fragmentação do Estado e, com isso, a perda da influência que possuíam sobre o território e sobre os locais históricos que marcavam seus mitos de origem, como o Kosovo. Deste modo, a autonomia das repúblicas e províncias nacionalistas em relação à

¹⁷⁰ Em sérvio-croata, no original, *Samo sloga Srbina spasava*.

federação iugoslava representava uma ameaça para a própria identidade sérvia – independentemente do discurso político que afastava essa visão nacionalista.

Tito, personificando a figura de herói de guerra, era o fator que proporcionava a integralidade e coesão dos princípios iugoslavos ao longo do tempo em que esteve no poder (Kenkel, 1997, p. 12; Howard, 2008, p. 43). O poder de Tito não se esgotava no fato de que ele era o presidente iugoslavo. Tito também liderava a LCI e tinha grande representatividade junto ao Exército Nacional da Iugoslávia¹⁷¹ (“JNA”). O exército, inclusive, era a ferramenta de integração que Tito ambicionava, pois seu caráter multi-étnico representava o princípio da unidade e irmandade (Zametica, 1992, p. 40). As principais instituições da Iugoslávia estavam centralizadas em Tito, que conseguiu conciliar diversas nacionalidades e religiões de uma maneira que a questão étnica perdesse a importância em um Estado laico. Isso sem contar na capacidade de centralizar o poder de repúblicas que apresentavam uma longa história de tensões e conflitos (Kenkel, 1997, p. 3-10). O título de presidente era uma mera formalidade: o poder residia, de direito e de fato, nas mãos de Tito.

Sua personalidade forte e o arranjo político que desenvolveu para a Iugoslávia possibilitaram que Tito mantivesse o país unido e coeso em torno de uma proposta nacional durante quase quarenta anos. Tito governava como um ditador (Kaplan, 1994, p. 7), e promoveu diversos expurgos e prisões de adversários políticos e opositores ao longo de seu governo (Kaldor, 2001, p. 40; Schöpflin, 2006, p. 23-24).¹⁷² Desta maneira, ele afastava toda e qualquer forma de oposição política, mas mantinha-se atento às demandas políticas das repúblicas. Isso permitiu que controlasse a política iugoslava até a sua morte, em 1980 (Hall, 1994, p. 9).

A turbulência que se seguiu à morte de Tito foi agravada pela completa ausência de políticos que pudessem continuar o legado do ex-presidente em função dos expurgos da década de 1970. A manutenção da unidade iugoslava estava ameaçada pelo surgimento de políticos dotados de discursos nacionalistas que contestariam as políticas vigentes, incutindo novas práticas políticas na

¹⁷¹ Em sérvio-croata, no original, *Jugoslovenska Ljudska Armada*.

¹⁷² Ver nota n. 165.

Iugoslávia e fazendo com que a ruptura do Estado fosse apenas uma questão de tempo (Schöpflin, 2006, p. 24; Economides e Taylor, 2007, p. 65).

6.2.

A década de 1980: o discurso político e a política de identidade

A década de 1980 marcou um período de transição entre o discurso que sustentava a política de idéias para aquele que motivaria as políticas de identidade, que culminaria na guerra da década de 1990. Especialmente do lado sérvio, havia manifestações por maior prestígio para essa etnia, de forma a resgatar o papel que lhes cabia antes do governo de Tito (SANU Memorandum, 1986, sp.), mesmo que isso significasse o atrito com outras etnias (Sacco, 2001, p. 36).¹⁷³

A morte de Tito criou um vácuo no poder iugoslavo. O presidente que o sucedeu não foi capaz de controlar as instituições políticas, fragmentando as bases de sustentação do poder (Popovic, 2006, p. 46). A presidência não tinha a mesma importância da época de Tito e o discurso de integração nacional não mais surtia efeitos.

A partir de então, o balanço de poder interno e o centro decisório político iugoslavos saíram definitivamente do nível federal para se alocarem nas repúblicas e províncias. Associada a essa mudança política, a década de 1980 marcou o início de uma crise econômica sem precedentes naquele país,¹⁷⁴ rompendo definitivamente com a credibilidade do regime comunista. Com o

¹⁷³ Ressaltamos que houve práticas discriminatórias de ambos os lados na guerra, com crimes cometidos não apenas pelos sérvios, mas também aos croatas e bósnios. Não tomamos partido em nenhum dos lados, mas exploraremos principalmente o discurso nacionalista sérvio, dado que este era dominante à época (Hall, 1994, p. 55). “Embora não seja fácil distinguir entre vítima e agressor nos Bálcãs, a parte sérvia se converteria no objeto do isolamento e da coerção sobretudo por haver ficado associada às piores atrocidades da política espúria da ‘limpeza étnica’ (Patriota, 1998, p. 84). Contudo, não podemos esquecer que parte da mobilização nacionalista durante o final da década de 1980 e início da década de 1990 deve ser atribuída, também, aos croatas (Kaldor, 2001, p. 41-42).

¹⁷⁴ A crise econômica da década de 1980 fez com que os índices de inflação na Iugoslávia atingissem 1950% ao ano, em 1989 (Blitz, 2006, p. 2-4); Mary Kaldor (2001, p. 37) fala em 2500% ao ano. As instituições financeiras internacionais, às voltas com os Estados da América Latina, viam a Iugoslávia como mais uma vítima do super-endividamento. O índice de desemprego se mostrava bastante alto, na faixa dos 14%. A dívida externa era superior aos vinte bilhões de dólares, quase um quarto do Produto Interno Bruto (“PIB”) iugoslavo (Kaldor, 2001, p. 37).

sistema em crise, pouco poderia ser feito para garantir a continuidade de uma Iugoslávia multi-étnica, sustentada por um regime político ineficaz e uma constituição incapaz de proporcionar as liberdades e direitos esperados. “Historic experiences have shown that constitutions and legal systems can be successful in resolving internal conflicts only if they are accepted, followed, and supported by the people (Zagar, 2000, p. 146).

As demandas nacionalistas sustentadas pela base étnica foram a maneira encontrada pela oposição de se expressar contra a estrutura existente (Cousens e Cater, 2001). Este cenário consagrou líderes políticos radicais, como Slobodan Milošević¹⁷⁵ e Franjo Tudjman (Kaldor, 2001, p. 40), que cresciam em poder e popularidade conforme o discurso nacional iugoslavo perdia espaço para a retórica nacionalista.

Yugoslavia’s complex balance of powers among its six republics, two autonomous provinces, and six constituent nationalities had become increasingly untenable as well as fertile ground for competition among political leaders emerging in Yugoslavia’s republics (Cousens e Cater, 2001, p. 17).

A repressão às manifestações albanesas no Kosovo em 1981 foi uma prova disso. A violência alegadamente cometida contra a minoria sérvia na região pelos albaneses kosovares exacerbou o sentimento nacionalista daquela etnia, levando a questão nacionalista para o plano federal com a mobilização do JNA para restaurar a ordem (Glenny, 1996, p. 14; Zametica, 1992, p. 11; Biserko, 2009, p. 243). A cassação da autonomia do Kosovo em 1987 seria uma consequência lógica de tal repressão (Glenny, 1996, p. 15; Blitz, 2006, p. 3).

A década de 1980 resgatou as identidades étnicas anteriores à formação do Estado, que era visto como artificial e não-representativo das nacionalidades. A legitimidade do poder para os não-sérvios não mais estava no governo federal, mas na representação que conseguiriam desenvolver nos seus próprios territórios. As instituições políticas existentes não proporcionariam mais a unidade buscada por Tito durante seu governo.

¹⁷⁵ Milošević é um personagem central para entendermos o cenário político iugoslavo nos anos seguintes à morte de Tito. Ele, mais do que seus rivais políticos Tudjman, Izetbegovic e Karadzic, foi fruto de estudos acadêmicos em diferentes áreas, que tratavam desde a sua biografia e conduta política até estudos psicológicos. Estes últimos buscavam entender suas escolhas e comportamentos, especialmente em função de seu histórico pessoal, marcado pelo suicídio dos seus pais. Sobre as obras produzidas sobre Milošević, Ramet, 2005 (p. 159-181).

Isso, entretanto, ia contra os desejos sérvios. Eles defendiam que a manutenção do Estado federal iugoslavo significava a continuidade da sua cultura. Qualquer mudança implicaria o seu desprestígio e a privação de um Estado que os incluísse. Não à toa a proposta de privilegiar o Estado para somente então pensar na democracia era o que movia a política nacionalista sérvia (Biserko, 2009, p. 243).¹⁷⁶ A política de idéias estimulada por Tito abriu espaço para a política de identidades dos líderes nacionalistas, que buscavam um Estado unido, mas em seus próprios termos.

As demais nacionalidades entendiam essa questão à sua própria maneira. A sua preservação e a manutenção de seus interesses estaria condicionada à independência de suas repúblicas, de forma que a cultura que carregavam fosse mantida e seus interesses preservados apenas se libertos do jugo sérvio.

O resgate às memórias étnicas abandonadas por Tito questionava a situação de crise que a população enfrentava e como isso poderia ser alterado. Tentativas de apontar culpados recaíam sobre as lideranças sérvias, o que levou a um movimento anti-sérvio que trouxe novamente para debate a independência das repúblicas. A unidade da federação estava ameaça e restava evidente que os mecanismos que sustentavam a Iugoslávia durante o governo de Tito não conseguiriam ser mantidos. As repúblicas iugoslavas possuíam todo o aparato institucional para a sua autonomia e manifestações nesse sentido começavam a acontecer.

Diante dessas manifestações, a insatisfação sérvia era crescente e se dirigia, especialmente, às reformas promovidas pela constituição federal de 1974. A mobilização contra os efeitos decorrentes das mudanças se atinha à política, mas repercutia na economia e na sociedade. O marco dessa mobilização veio em 1986, quando a Academia Sérvia de Artes e Ciências (“SANU”)¹⁷⁷ divulgou um manifesto que exigia o resgate da importância sérvia e acusava os perigos que os membros daquela etnia estariam passando.

With the exception of the Independent State of Croatia from 1941- 45, Serbs in Croatia have never been as persecuted in the past as they are now. The solution to their national position must be considered an urgent political question. In so much

¹⁷⁶ Em consonância com a idéia de que “apenas a união poderia salvar a Sérvia/os sérvios”.

¹⁷⁷ No original, em sérvio, *Srpska Akademija Nauka i Umetnosti*.

as a solution cannot be found, the results could be disastrous, not just in relation to Croatia, but to all of Yugoslavia (SANU Memorandum, 1986, sp.).

O manifesto marcou a entrada definitiva das elites sérvias – intelectuais e econômicas – no movimento nacionalista, em busca de maior espaço e oportunidades em uma sociedade onde sempre foram dominantes. Contudo, com a mudança legislativa e as crises política e econômica, foram relegados a um papel de menor importância.

The Constitution of 1974, in fact, divided Serbia into three parts. The autonomous provinces within Serbia were made equal to the republics, save that they were not defined as such and that they do not have the same number of representatives in the various bodies of the federation. They make up for this shortcoming by being able to interfere in the internal relations of Serbia proper through the republic's common assembly (while their assemblies remain completely autonomous). The political and legal position of Serbia proper is quite vague-Serbia proper is neither a republic nor a province. Relationships in the republic of Serbia are quite confused. The Executive Council, which is a body of the republic's assembly, is in fact the Executive Council for Serbia proper. This is not the only absurdity in the limitation of authority. The excessively broad and institutionally well established autonomy of the provinces has created two new fissures within the Serbian nation (SANU Memorandum, 1986, sp.).

O documento serviu como base intelectual para o discurso nacionalista sérvio (Letica, 1996, p. 102; Biserko, 2009, p. 243), pois explicitava não apenas a repressão e perdas que os sérvios sofreram desde a II Guerra Mundial, como também trazia acusações de violência e desprestígio daquele povo (SANU Memorandum, 1986, sp.). Era um claro resgate às memórias e aos mitos de fundação da cultura sérvia, mostrando que a idéia de “irmandade e unidade” titoísta era artificial e tentava omitir o papel sérvio nos Bálcãs (Glenny, 1996, p. 42). Livros surgiam contando a “história secreta” da II Guerra Mundial, que logo se transformaram em slogans nacionalistas (Foer, 2004, p. 20). Havia até mesmo a sugestão de que as mudanças foram promovidas para eliminar a etnia sérvia da Iugoslávia: o manifesto chegava a falar em genocídio.¹⁷⁸

The attainment of equality and an independent development have profound historical meaning for the Serbian people. In less than fifty years, over two successive generations, the Serbian nation has been exposed to such severe trials-twice exposed to physical extermination, to forced assimilation, to religious conversion, to cultural genocide, to ideological indoctrination, and to the

¹⁷⁸ Brian Hall aponta que o genocídio a qual se refere o manifesto ignora alguns números, funcionando como instrumento de propaganda. Desde a II Guerra Mundial foram assassinados 216 mil pessoas, na maioria sérvios e judeus; 209 mil colaboradores da oposição, na maior parte croata; 237 mil guerrilheiros, de todas as etnias; e 285 mil pessoas, de todas as etnias, sem qualquer vinculação política (Hall, 1994, p. 41). O número de sérvios é alto, mas não é o único.

denigration and renunciation of their own traditions beneath an imposed guilt complex, and thereby disarmed intellectually and politically, that they could not but leave deep spiritual wounds that cannot be ignored as this century of the great technological takeoff draws to a close (SANU Memorandum, 1986, sp.).

O manifesto demandava mudanças – políticas, econômicas e sociais – a serem realizadas pelos sérvios para garantir seus direitos, cultura, poder e sobrevivência. Mas, acima de qualquer coisa, o documento trazia grande apelo e o respaldo da SANU, centro acadêmico mais importante da Iugoslávia, aos movimentos nacionalistas sérvios e possibilitou a mobilização popular em torno da idéia da Grande Sérvia e da superioridade étnica sobre os demais povos. Os interesses sérvios deveriam ser preservados a qualquer custo, inclusive respondendo de forma violenta àqueles que buscavam eliminá-los (SANU Memorandum, 1986, sp.).¹⁷⁹

A divulgação do manifesto coincidiu com a consolidação de Slobodan Milošević como a liderança sérvia mais influente à época. Ele aproveitara o espaço para debates proporcionado pelo manifesto e pelas diversas críticas à constituição de 1974 para responder de forma mais agressiva às demandas por independência e autonomia das repúblicas sob a alegação de que a federação iugoslava estava em risco (Blitz, 2006, p. 4; Popovic, 2006, p. 46).

Yugoslavia is seen less as a community of citizens, nations and nationalities all equal before the law, and more as a community of eight equal territories. But even this variety of equality does not apply to Serbia because of its special legal and political position which reflects the tendency to keep the Serbian nation under constant supervision. The guiding principle behind this policy has been "a weak Serbia, a strong Yugoslavia" and this has evolved into an influential mind-set: if rapid economic growth were [sic] permitted the Serbs, who are the largest nation, it would pose a danger to the other nations of Yugoslavia. And so all possibilities are grasped to place increasing obstacles in the way of their economic development and political consolidation. One of the most serious of such obstacles is Serbia's present undefined constitutional position, so full of internal conflicts (SANU Memorandum, 1986, sp.).

O comportamento de Milošević era demagogo e politicamente atento às ações necessárias para conseguir o apoio de seus pares sérvios (Foer, 2004, p. 23). Ele soube reconhecer que o poder político não mais residia na LCI, esvaziada pela crise política e pela incapacidade de oferecer respostas aos problemas econômicos

¹⁷⁹ Apesar da importância assumida pelo manifesto, ele não trazia nada de novo para a política iugoslava. Segundo Sonja Biserko (2009, p. 243), o manifesto apenas copiava os parâmetros do programa nacional sérvio do final do século XIX, quando as diretrizes para a formação da Grande Sérvia foram desenvolvidas.

que se tornavam evidentes, mas no JNA (Glenny, 1996, p. 134; Zametica, 1992, p. 42). Através da influência que possuía junto ao exército, Milošević conseguiu reprimir as manifestações nacionalistas nas repúblicas não-sérvias. Desta maneira, ele pôde tomar medidas violentas contra movimentos populares e trabalhistas, alegando a restauração da ordem. Manifestações étnicas ou por maiores liberdades, especialmente no Kosovo, eram reprimidas e suas lideranças, expurgadas.

Sua agenda política era claramente nacionalista, equiparando a identidade iugoslava à sérvia e construindo um cenário onde aqueles que não carregassem consigo tais valores seriam considerados cidadãos de segunda classe. Seu discurso constituía o medo e a superioridade necessários para legitimar a violência contra os não-sérvios, caracterizando a violência cultural (Galtung, 1990, p. 291; Jeong, 2000, p. 23) a que nos referimos no capítulo anterior:

[h]e made this clear during his famous Gazimestan speech when he masked his pursuit of power with such nationalist rhetoric as “us against them”, promising to “defend Serbian interests” and, if necessary, to do so “with military means (Popovic, 2006, p. 46).¹⁸⁰

Milošević reforçava a importância de um Estado iugoslavo unido enquanto abria espaço para a exclusão das etnias diferentes do projeto da Grande Sérvia. Graças à tais posturas, sua popularidade aumentou junto aos grupos sérvios, que o viam como o líder que o povo precisava para resgatar a sua importância, mas criavam um senso de repulsa junto às outras repúblicas (Kaldor, 2001, p. 38; Rae, 2002, p. 185).

As elites tiveram um papel importante na construção deste discurso alarmista, que afastava qualquer reivindicação de outras etnias da agenda política da Iugoslávia (Blitz, 2006, p. 3). “Fear and hate are not endemic but, in certain periods, are mobilized for political purposes” (Kaldor, 2001, p. 42), caracterizando a manifestação das políticas de identidade. Expurgos e assassinatos de opositores levavam ao esvaziamento de manifestações contrárias

¹⁸⁰ O discurso de Gazimestan foi realizado em 28 de junho de 1989 como parte dos eventos de comemoração dos 600 anos da Guerra do Kosovo. O contexto era de tensão étnica e o discurso pregava a possibilidade de uma guerra em um futuro próximo, de modo a garantir a sobrevivência e o poder da etnia sérvia (Glenny, 1996, p. 34-35). O discurso está disponível, na íntegra, em <<http://www.slobodan-Milošević.org/spch-kosovo1989.htm>>. Acesso em 21 de abril de 2010.

ao poder dominante, assegurando que Milošević defendesse a defesa dos interesses sérvios acima de qualquer outro.

O próprio tratamento aos não-sérvios evidenciava o desprezo e a falta de humanidade para com eles, preparando as bases para a violência que surgiria nos primeiros anos da década de 1990. Os croatas eram tratados como *ustashi*, inimigos históricos; os bósnios muçulmanos como *balije*, sérvios convertidos para o Islamismo (Hall, 1994, p. 108; Biserko, 2009, p. 244). Em ambos os casos, eram considerados inferiores aos sérvios e obstáculos que deveriam ser superados para a consagração da Grande Sérvia.

The corollary of this was that it was imperative for Serbs to be united, and so any dissent amongst Serbs themselves, which of course there was, could be targeted as disloyal, a betrayal of all Serbs. Thus an exclusive, unitary national identity, which was predicated on a notion of a homogeneous Serb state for Serbs and that characterized non-Serbs as “the enemy”, was simultaneously constructed by elites, cultivated through populist politics, and imposed upon any dissenting Serbs (Rae, 2002, p. 183).

Manifestações, como a greve dos mineiros albaneses no Kosovo em 1989 em represália à opressão sérvia, eram freqüentes, mas Milošević alterava a significação de tais manifestações, caracterizando-as como movimentos contrários aos interesses sérvios – e, portanto, da Iugoslávia. Se a finalidade desses movimentos era de chamar a atenção para as arbitrariedades praticadas pelo governo federal contra os não-sérvios, Milošević as acusava de irem contra a ordem. A repressão violenta das manifestações sugeria sua criminalização e conseqüente inadequação à dimensão política, impedindo que a violência promovida pelo exército se caracterizasse como arbitrária.

Em 1989, Milošević é apontado presidente da Iugoslávia, formalizando o poder e a influência que já possuía. A exploração do nacionalismo sérvio por Milošević e a utilização da força por suas bases de apoio proporcionaram a utilização do aparato estatal para excluir os grupos não-sérvios, especialmente nas repúblicas croata e bósnia (Biserko, 2009, p. 244).

Isso abria espaço para o surgimento de milícias e grupos paramilitares nacionalistas – apoiados pelo governo sérvio – que, motivados pelos ideais sérvios, auxiliavam o JNA. A violência de cima para baixo que decorria das políticas de identidade propagadas pelas elites transmitia não apenas a sensação de

impunidade, mas também ofereciam estímulos para que grupos privados se valessem da força contra as diferentes etnias do Estado.

Um dos nomes mais importantes nessas milícias que surgiam era o de Zeljko Raznatovic, também conhecido como Arkan. Arkan e seus homens – os Tigres – assumiam, assim como outros grupos paramilitares, o papel de justiceiros, promovendo crimes e violência contra membros de outras etnias sem envolver diretamente o JNA, nem o governo, nas suas ações. Não obstante essa “espontaneidade”, o apoio de Miloševic era notório – seus recrutas treinavam em quartéis da polícia sérvia e eram financiados pelo exército (Foer, 2004, p. 25), realizando o trabalho sujo sem o envolvimento oficial do governo. A violência de cima para baixo repercutia nesses grupos que, por sua vez, produziam a violência de baixo para cima, mantendo viva a dinâmica do conflito.

Os atos de maior violência – que caracterizariam posteriormente as acusações de limpeza étnica – foram realizados por esses grupos paramilitares, que se mostraram centrais para o desenrolar da guerra da BH. Arkan e seus homens, por exemplo, são acusados de terem matado mais de duas mil pessoas na guerra da Croácia e da BH (Foer, 2004, p. 27), valendo-se das mais diversas formas de agressão (UN Experts, 1994, sp.).

A privatização da violência nas mãos desses grupos aumentou a pressão exercida pelo nacionalismo sérvio, tornando a relação entre as nacionalidades insustentável. Frank Foer jocosamente se refere a esses grupos como um incentivo a mais para o separatismo das repúblicas nacionalistas.

A retórica nacionalista de Miloševic convencera os líderes da Croácia e da Eslovênia de que não podiam continuar associados aos sérvios – ou, no mínimo, Miloševic lhes deu um pretexto para alimentarem seus próprios nacionalismos (Foer, 2004, p. 24).

Assim, o ano de 1990 marcou as primeiras eleições democráticas na Iugoslávia desde antes da II Guerra Mundial (Zametica, 1992, p. 12). Por conta da pressão e arbítrios exercidos pelo governo federal, as eleições aconteceram no nível das repúblicas, marginalizando a organização central, e conduziram ao poder políticos que buscavam se desvincular da imagem titoísta. Nesse mesmo processo eleitoral, Miloševic foi eleito presidente da república sérvia.

Suas plataformas eram essencialmente nacionalistas e defendiam que as nacionalidades deveriam viver em um Estado que as representasse, indo de encontro aos planos de integração que mantiveram a Iugoslávia unida por quase quatro décadas, acelerando a queda do Estado (Kaldor, 2001, p. 39). Ao resgatar os mitos históricos de suas nacionalidades, criavam o sentimento da diferença em relação a outras etnias, evidenciando a incompatibilidade entre os grupos e demandando ações de homogeneização e autodeterminação. No caso dos sérvios, era o mito de Kosovo; para os croatas, era o retorno dos *ustashas*, inimigos dos sérvios e que foram seus adversários durante a II Guerra Mundial (Rae, 2002, p. 186; Popovic, 2006, p. 51; Biserko, 2009, p. 243). A diferença religiosa também servia como forma de diferenciar as etnias, criando barreiras entre elas. O uso da mídia por ambos os lados, mas principalmente pelos sérvios, era uma maneira de reforçar a diferença entre os grupos, constituindo o principal veículo de propaganda no período anterior à guerra (Kaldor, 2001, p. 39; Biserko, 2009, p. 244).

The leaders of Serb, Croat, Bosniac, Kosovar Albanian and other national communities, with variations, evidently believed that national homogeneity, that is, statehood without minorities, constituted political stability and offered the only genuine chance for peace (Banac, 2006, p. 30).

Em outras palavras, o que eles buscavam era a criação do Estado-nação correspondente às suas etnias e que, de certa forma já existia dentro da Iugoslávia, mas não de maneira autônoma. A idéia não era nova na Europa, mas nunca fora possível na Iugoslávia por conta da centralidade assumida pelo governo federal (Hayden, 1996, p. 787).¹⁸¹

[ethnicity] once in being, an ethnic community will do virtually everything it can to ensure that it survives and it employs a very wide range of instruments to ensure its cultural reproduction. (...) Ethnicity is a central means of creating coherence and order in what would otherwise be chaos (Schöpflin, 2006, p. 15).

Isto foi fundamental para a independência das repúblicas nos anos seguintes às eleições, especialmente a BH (Kaldor, 2001, p. 41; Blitz, 2006, p. 3). Da

¹⁸¹ Mary Kaldor (2001, p. 41) nota que seis meses antes das eleições de 1990, cerca de 74% da população era contrária aos partidos nacionalistas de cunho étnico. Contudo, 70% dos votos foram para esses partidos. A explicação oferecida pela autora é de que uma vez que a mobilização étnica se mostrava como uma tendência para o futuro, a população achou necessário garantir ao seu grupo étnico a participação política. Como bem coloca Eric Hobsbawm, “(...) a etnicidade *pode* mobilizar a ampla maioria de sua comunidade – uma vez que seu apelo permanece suficientemente vago ou irrelevante” (Hobsbawm, 1990, p. 201). O medo e a incerteza das mudanças que estavam por vir garantiram o poder nas mãos dos nacionalistas étnicos.

vitória dos partidos nacionalistas veio a independência. Primeiro a Eslovênia, depois Croácia e BH realizaram tal movimento. Nos três casos o JNA fora mobilizado pelo governo federal, mas apenas na Eslovênia a violência não foi prolongada. Croácia e BH, por outro lado, serviram de palco para um cenário de violência que se prolongaria até após o acordo de paz celebrado em 1995.¹⁸²

6.3. O cerco a Sarajevo

Oficialmente, Sarajevo foi cercada durante 1.395 dias (5 de abril de 1992 a 29 de fevereiro de 1996), constituindo o maior da história militar moderna a uma capital (Miss Sarajevo, 1993, meio eletrônico).¹⁸³ O cerco colocava em oposição os bósnios sérvios nacionalistas da República Sérvia (“RS”)¹⁸⁴ – apoiados pelo JNA e caracterizados como *chetniks* – e as forças de defesa da república bósnia, compostas pelo Exército Bosniano da República da BH (“ARBiH”)¹⁸⁵ e por voluntários, em sua maioria por civis – incluindo aí policiais, cidadãos comuns e grupos de criminosos de Sarajevo.¹⁸⁶

¹⁸² Robert Kaplan traz uma piada sobre as proporções assumidas pela violência na BH: enquanto Croácia e Eslovênia enfrentavam suas guerras, a BH estava estranhamente quieta porque já estaria classificada para as finais e só precisava esperar seu adversário (Kaplan, 1994, p. 22). Essa era uma referência à falácia de que a BH multi-étnica era estável e pacífica (Glenny, 1994, p. 24; Kaplan, 1994, p. xi).

¹⁸³ Apesar do cerco ser declarado apenas em abril de 1992, já em março daquele ano os bloqueios e ataques a Sarajevo começariam (Spencer, 1995, p. 7). A movimentação coincidia com a declaração de independência bósnia, em 1º de março de 1992. O JNA começara a instalação de equipamento bélico nos arredores da cidade no início do mês de março e bombardeios esporádicos já eram noticiados àquela época.

¹⁸⁴ No original, em sérvio-croata, *Republika Srpska*.

¹⁸⁵ No original, em bósnio, *Armija Republike Bosne i Hercegovine*.

¹⁸⁶ De forma a tornar a leitura menos truncada, convencionaremos as referências às etnias mencionadas na guerra. Quando nos referirmos a *chetniks*, entende-se indivíduos e grupos que pregavam o nacionalismo sérvio, tanto referente aos bósnios sérvios quanto aos sérvios da Iugoslávia, que futuramente comporiam o Estado sérvio. *Chetnik* é uma expressão histórica de caráter pejorativo utilizada para se referir aos sérvios nacionalistas, que ambicionavam a construção da Grande Sérvia (Christopher Hitchens *in* Sacco, 2001, sp.). Por bosnianos nos referimos a todos os bósnios não-sérvios envolvidos no conflito, mas em especial aos muçulmanos. Os termos “sérvio” e “bósnio” se referem respectivamente, à nacionalidade sérvia e bósnia, incluindo os termos derivados daquelas repúblicas. Entendemos que tal convenção pode causar, ainda que involuntariamente, um tratamento desigual e por vezes injusto dos atores envolvidos, mas facilitará bastante o entendimento do leitor. Cabe notar que Joe Sacco (2001) narra que nas entrevistas que realizou na BH, sempre que havia relatos sobre violências cometidas em nome do nacionalismo sérvio, a expressão *chetnik* era trazida pelos entrevistados. No entanto,

O acesso a armas era dificultado pelo embargo internacional estabelecido pela resolução n. 713 de 1991 do CS da ONU (Patriota, 1998, p. 82). Contudo, o embargo afetava apenas os bósnios, deixando os sérvios em posição de vantagem. Suas forças, incluindo o JNA e o Exército da República Sérvia (“VRS”),¹⁸⁷ eram beneficiados pelos estoques maciços de armas da Guerra Fria (Hall, 1994, p. 63-64; Valença, 2006a, p. 82; Andreas, 2008, p. 26). As forças sérvias ainda contavam com a produção de armas das indústrias do Instituto Técnico do Exército¹⁸⁸/*Zastava*, aumentando ainda mais a sua capacidade de empregar a força.¹⁸⁹

Com o reconhecimento da independência bósnia pela União Européia, em 06 de abril de 1992, e pelos EUA no dia seguinte (Zametica, 1992, p. 39; Rae, 2002, p. 198-199), a presença do JNA constituía em território bósnio era uma violação à sua soberania (Glenny, 1996, p. 165). O presidente da BH, Alija Izetbegovic, exigiu a retirada do exército iugoslavo de seu país e, surpreendentemente, fora atendido por Milošević. As tropas do JNA foram retiradas do país, deixando apenas os soldados bósnios sérvios, que seriam incorporados posteriormente ao VRS.

A situação de tensão continuava. O cerco começou a tomar corpo em dois de maio daquele mesmo ano, visando o isolamento de Sarajevo do resto da BH, com o corte total do acesso a bens e serviços, como comida, água e eletricidade. Contudo, o que era para produzir uma situação de isolamento e de restrições proporcionou a zona de guerra mais globalizada e acessível não só para atores internacionais, mas também para os próprios sitiados. “Indeed, paradoxically, Sarajevo became a peculiar type of ‘global city’ precisely because it was under siege” (Andreas, 2008, p. 3).

o rótulo sérvio, segundo ele, nunca foi relacionado com violência étnica por nenhuma das pessoas com quem trabalhou.

¹⁸⁷ No original, em sérvio, *Vojska Republike Srpske*. O exército foi criado em maio de 1992 para garantir a segurança da RS, um território da BH formado majoritariamente por sérvios e que desejava a separação do resto do país. Em sua composição estavam, além dos soldados alocados pelo JNA, paramilitares sérvios apoiados pelo governo de Belgrado (Andreas, 2008, p. 6).

¹⁸⁸ Em sérvio-croata, no original, *Vojno-Tehnicki Zavod*.

¹⁸⁹ Cabe ressaltar que cerca de 60% das indústrias armamentistas da Iugoslávia se localizavam na BH, mas antes da independência o governo federal esvaziou as fábricas. Isso acabou por ser prejudicial ao ARBiH (Glenny, 1996, p. 151).

A assimetria entre os atacantes e os defensores da cidade era visível. O JNA era um exército profissional e fortemente armado. Enquanto isso, as forças de defesa em Sarajevo contavam apenas com as armas de sua polícia e grupos criminosos, que não eram capazes de romper com o ataque, mas eram fortes o bastante para impedir a vitória adversária definitiva. O impasse estava formado.

As forças militares atacantes eram em menor número que os defensores da cidade e, por isso, não conseguiriam obter a vitória militar através da conquista. A estratégia adotada foi a de tentar reduzir a capacidade de Sarajevo através do desgaste imposto pelo cerco e pelos bombardeios diários, cortando o acesso a armas e víveres para, assim, sagrarem-se vitoriosos.

Às diversas posições que foram construídas no período anterior ao cerco se somaram outros pontos de ataque e *bunkers*, inclusive nos subúrbios da cidade, onde artilharia e franco-atiradores se posicionariam e atacariam a cidade e seus habitantes indiscriminadamente. “Every so often a sniper’s bullet detaches somebody’s head from their shoulders. This is a clinical affair – there is no blood, no gunge, there is a ping and then a head falls off” (Glenny, 1996, p. 178). Não havia a distinção entre combatentes e não-combatentes: o inimigo era todo aquele que representasse a diferença.

O objetivo militar do cerco era fracionar Sarajevo em duas zonas, a sérvia e a não-sérvia, de forma a obrigar o governo bósnio a entregar o poder à RS. A restrição ao acesso aos bens mais essenciais para a sobrevivência buscava desestabilizar o governo local, deslegitimando-o e associando-o com as privações da guerra. Além da violência decorrente do conflito armado, os atacantes promoviam ainda a limitação no acesso a bens essenciais, caracterizando a violência estrutural. Acreditava-se que o discurso nacionalista e os símbolos e mitos resgatados pelas lideranças políticas durante a campanha eleitoral de 1990 e ao longo do processo de independência das repúblicas forneceriam o combustível necessário para que sérvios, bósnios e croatas rompessem as relações entre si e fossem buscar o apoio de seus governos, enfraquecendo a pluralidade étnica da BH.

Como a separação entre as diferentes nacionalidades não se mostrou possível, o cerco passou a se dirigir à destruição da cultura bosniana e aos símbolos e marcos associados à história da sua população. Sarajevo se tornaria o

exemplo para as demais cidades e vilarejos de que a integração étnica não seria permitida, marcando um padrão de ação que se repetiria em outras localidades. Sarajevo era considerada a cidade mais cosmopolita do Leste europeu (Sacco, 2003, p. 27) e, em função de sua história, importância política e visibilidade global, adéqua-se como modelo para uma análise da violência durante a guerra.

Os anos de 1992 e 1993 constituíram o período de maior violência do cerco (UN Experts, 1994, sp.; Spencer, 1995, p. 7; CICR, 1996, sp.), a face mais visível de uma guerra que envolvia os cidadãos e buscava acirrar as diferenças entre os grupos étnicos de forma que a convivência se tornasse insuportável. Os bombardeios eram uma faceta gritante da guerra, que atraía as atenções internacionais através da cobertura midiática e de protestos e ameaças de governos estrangeiros de contra-atacar com o uso da força. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (“Otan”) ameaçava empregar o uso de ataques aéreos contra posições sérvias caso os ataques não se encerrassem. Isto foi algo que não aconteceu. O cerco, entretanto, foi marcado por mais atos de violência do que a “mera” agressão do exército contra alvos militares. E era uma forma de violência que a comunidade internacional relutava a aceitar que ocorria na BH (Miss Sarajevo, 2003, meio eletrônico; Rae, 2002, p. 203-204).

6.3.1. Uma guerra contra a população

O cerco a Sarajevo evidenciava uma guerra assimétrica. Não apenas as capacidades militares eram bastante distintas, mas também a maneira como o confronto armado se sucedeu. O VRS era mais forte militarmente, mas não possuía o pessoal para tomar a cidade (Sacco, 2003, p. 360). Por outro lado a única superioridade material das forças bosnianas era no número de soldados.

Acuadas na cidade, as forças de Sarajevo conseguiam apenas não permitir a invasão. Elas não tinham a capacidade necessária para o confronto aberto contra os atacantes, promovendo uma guerra de guerrilha contra o VRS. “What Sarajevo lacked was not manpower but rather arms, organization, coordination, and initiative in setting up the basic elements of a perimeter defense” (Andreas, 2008, p. 28). Apenas o ARBiH não oferecia condições para que a resistência se

efetivasse e, por isso, voluntários e colaboradores se juntaram às forças de defesa. Isso incluía civis, criminosos e soldados muçulmanos, que vieram para a BH lutar com seus irmãos de fé (Roy, 2004, p. 313-314).

Esse impasse fez com que houvesse diferença no emprego da força pelos dois lados. O VRS utilizava bombardeios a cidade e ações esporádicas contra as defesas bósnias. Os alvos não se limitavam apenas a objetivos militares: símbolos de representatividade política e de importância cultural foram bastante visados, assim como áreas residenciais. Pretendia-se destruir as condições sociopolíticas que permitiam os sitiados enxergarem sua cidade como um refúgio.

Os locais onde havia elementos culturais e religiosos eram importantes para a diminuição do ímpeto da resistência bosniana. O discurso político *chetnik* motivava os soldados a dirigirem seus esforços para os símbolos e valores que os distinguiam do adversário – os elementos que tornavam seus adversários menos humanos que eles. A retórica nacionalista vinda do governo sérvio foi importante para promover as políticas de identidade na guerra, caracterizando a violência de cima para baixo. Mais, essa retórica criava as condições de desumanização do adversário (Hall, 1994, p. x), implicando a violência cultural.

As forças *chetniks* controlavam o acesso à cidade e, dentro dela, bósnios sérvios assumiam o controle de armas e de áreas militares estratégicas. Isso sem contar os franco-atiradores espalhados pela cidade, que traziam perigo constante para qualquer um que transitasse pelas ruas e arredores de Sarajevo, sem distinção de sexo, idade ou vinculação direta com a guerra (Carter, 2003, p. 106-108).¹⁹⁰

¹⁹⁰ O papel dos franco-atiradores foi tão relevante para a violência da guerra que a mera sugestão da presença de *snipers* em determinadas regiões fazia com que estas se tornassem virtualmente vazias. Um pedaço da cidade, alvo comum desses atiradores, ficaria conhecida como *sniper's alleys*. Talvez uma das histórias mais conhecidas do cerco a Sarajevo relacionadas aos franco-atiradores seja a de “Romeu e Julieta em Sarajevo”, que se tornou símbolo do sofrimento dos cidadãos. Ela deu origem a um documentário do *National Film Board of Canada* – produzida e exibida na série *Frontline* – sobre um casal de jovens mortos na tentativa de fuga da cidade (PBS, 1994, sp.).

Admira Ismic e seu noivo Bosko Brkic, ela muçulmana e ele de origem sérvia, ambos com vinte e cinco anos, tentaram fugir da cidade através de uma região isolada. Contudo, um franco-atirador atirou em Bosko, matando-o imediatamente. Admira foi atingida na seqüência, mas não faleceu. Ela se abraçou ao noivo e ficou naquela posição por quase quatro horas, até morrer. Seus corpos foram retirados da terra-de-ninguém somente quatro dias depois. As imagens rodaram o mundo, integrando diversos documentários e matérias sobre o cerco. Sobre o tema, NFBC (1994?), PBS (1994?) e CNN (1996).

6.3.1.1.

Os ataques contra a cidade: mais que um alvo, uma representação

De forma a minar a resistência dos cidadãos e destruir pontos de proteção e logística, o VRS realizava bombardeios diários sobre a cidade.¹⁹¹ Construções destruídas, completa ou parcialmente, compunham a paisagem da cidade. Os ataques sistemáticos a esses alvos caracterizava a quebra da institucionalização da guerra e marcava a mudança na maneira como ela era travada.

Prédios residenciais, públicos e hospitais, independentemente de terem valor militar ou não, eram alvos freqüentes. A linha de trem que cruzava Sarajevo saiu de circulação com o início dos bombardeios – mesmo sem ter sofrido danos estruturais – e só retornou em 1997, dois anos após o fim do cerco.¹⁹² Mercados e centros de abastecimento eram alvos rotineiros e diversas baixas foram contabilizadas em ataques contra essas localizações. As principais vítimas eram cidadãos que esperavam por água, comida ou remédios, não participando dos conflitos, mas apenas tentando sobreviver.

Esses ataques eram particularmente freqüentes porque se mostravam eficientes para os fins buscados. Os ataques eram estrategicamente planejados para eliminar a diferença étnica e se justificavam a partir da relação entre políticas de identidade e violência cultural. Os locais onde havia reservas de mantimentos concentravam grandes grupos, que esperavam por sua cota de ajuda humanitária ou de bens necessários para sobreviver à guerra e ao cerco.

O caso das doze pessoas mortas em 12 de julho de 1993 enquanto esperavam para pegar garrafas d'água ilustra essa prática. Os ataques ao mercado de Markale, em fevereiro de 1994 e agosto de 1995, que mataram mais de cem pessoas, é outro exemplo. Não obstante esses bombardeios, *snipers* ficavam a postos e prontos para atacar nessas localidades, visto a diversidade de alvos e o fato de que as pessoas precisariam se desproteger para carregar os víveres, tornando-se vítimas fáceis (Carter, 2003, p. 151).

¹⁹¹ Relatórios de organismos internacionais estimavam em cerca de 320 o número de bombas e morteiros lançados diariamente contra a cidade, sem contar os tiros vindos dos franco-atiradores (CICV, 1996, sp.).

¹⁹² A primeira composição do trem que rodou pela cidade foi para transportar os habitantes de Sarajevo e visitantes para o show do U2, que aconteceu em um estádio local (Carter, 2003).

Além de afetarem a rotina das pessoas não envolvidas com a guerra, os bombardeios causaram grandes danos às estruturas da cidade e aos marcos históricos e culturais de Sarajevo. A destruição material era maciça, mas os danos culturais e valorativos eram inestimáveis. As práticas políticas que remontavam dos discursos nacionalistas durante a década de 1980 e que promoviam uma homogeneização cultural assumiu grandes proporções para Sarajevo. A eliminação cultural era uma estratégia política e inserida em tal contexto. A violência poderia não se dirigir às pessoas, mas certamente as afetava porque atingia as próprias condições que as caracterizavam cultural e socialmente. Tem-se aqui a manifestação da violência estrutural.

Entre os prédios históricos deliberadamente destruídos estava a Biblioteca Nacional da BH, alvo de ataques em agosto de 1992. A Biblioteca continha manuscritos e obras culturais bósnias que remontavam aos séculos XVIII e XIX e que foram completamente perdidos.¹⁹³ Outros alvos de ataques de importância histórica foram a Ponte Latina, onde o arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado, dando origem à I Guerra Mundial, e as sinagogas da cidade, que sofreram com a pilhagem local e com os morteiros *chetniks*. Mas não apenas propriedades eram alvejadas com armamento pesado: uma das cenas do documentário *Miss Sarajevo* mostra uma menina segurando um projétil anti-aéreo. Segundo ela, aqueles projéteis eram utilizados para atirar em pessoas (Carter, 2003, p. 112-113).

A destruição destes marcos e obras culturais tinha um propósito muito claro. A precisão dos projéteis lançados pelos *chetniks* mostra que os tiros foram intencionalmente dirigidos contra esses prédios e monumentos. Sarajevo, mais do que uma cidade sitiada, era uma representação da antiga Iugoslávia que se fragmentava. Como capital da ex-república de maior diversidade étnica, sua existência representava um empecilho para os planos da Grande Sérvia. Sua descaracterização permitiria que a mensagem transmitida pelas políticas de identidade e pelas práticas de exclusão encontrassem sucesso, influenciando o destino de outras regiões.

¹⁹³ As obras físicas foram perdidas para sempre. Contudo, diversas bibliotecas e centros de pesquisa ao redor do mundo se reuniram para criar um acervo virtual das obras destruídas, que hoje está disponível na Internet. Sobre o tema, TBMIP (19--).

An important part of the process was the systematic obliteration of mosques, churches and museums as if to wipe out the history of the co-existence nationalists were intent on destroying (Rae, 2002, p. 203).

O objetivo era acabar com a cultura bosniana e tornar Sarajevo um local inabitável para seus cidadãos, erradicando qualquer lembrança na qual os bosnianos pudessem se amparar. Estes elementos eram símbolos de uma cultura diferente e considerada inferior e que por isso deveria sucumbir em prol do projeto de controle sérvio do território da BH.¹⁹⁴ A limpeza étnica era uma estratégia adotada pelos *chetniks* na guerra (Rae, 2002) e a fundamentação em elementos sociais e religiosos era uma incidência da violência cultural.

The destruction of Muslim communities in Bosnia-Herzegovina displayed a systematic pattern that shows a “general top-down policy guidance and a degree of coordination across the republic and, apparently, with unofficial and government circles in Belgrade (Rae, 2002, p. 201).

A construção do inimigo se dava a partir de características das identidades coletivas que os tornava essencialmente diferentes e a sua desvinculação a um Estado, a uma comunidade política era uma maneira de atingir os objetivos políticos buscados. Ainda que os bósnios sérvios fossem quase um terço da população de Sarajevo (UN Experts, 1994, sp.; Le Monde Diplomatique Brasil, 200?, sp.), a cidade era vista como um obstáculo aos planos nacionalistas *chetniks*. Romper com a sua resistência – qualquer que fossem os custos e os meios – era mais do que uma vitória militar, que faria com que a cidade sucumbisse aos atacantes. Era uma vitória política para a retórica nacionalista que se manifestava desde a década de 1980.

6.3.1.2.

Os indivíduos como alvos: não-combatentes e não-pessoas

Os ataques a cidade, direcionando os bombardeios para alvos que pudessem afetar a população, em uma clara manifestação do desejo de eliminar tanto a cultura bosniana quanto as pessoas, demonstrava que para os agressores não havia

¹⁹⁴ Mesmo com todas as diferenças entre as culturas, havia similaridades e pontos de conexão – que, afinal, mantiveram a convivência pacífica em diversas localidades por várias décadas. Alma, uma menina bósnia entrevistada por Bill Carter, expressa essa convivência tolerante que existia em Sarajevo e que era destruída aos poucos: “I am Muslim. (...) I am a Muslim but sometimes I go to church, you know, and I go to the mosque. I believe in one God. (...) It is not three Gods or four Gods. God is God” (Carter, 2003, p. 337).

distinção entre combatentes e não-combatentes. Cerca de quinhentas mil pessoas viviam em Sarajevo à época do cerco, sem que uma nacionalidade fosse predominante na cidade (UN Experts, 1994, sp). Indivíduos que até alguns meses antes compartilhavam escolas, praças e ruas, mas que diante das diferenças étnicas construídas e propagadas pelos discursos políticos das elites, tornavam-se inimigos.

A violência era dirigida contra todo e qualquer indivíduo ou grupo que representasse a diferença, seja através de elementos étnicos, culturais ou meramente através do apoio – ou a não-hostilidade – aos não-sérvios. Essa “aliança” entre os sérvios moderados e os bósnios já fora mencionada por Milošević em seu discurso de 1989 como prejudicial para os interesses da Grande Sérvia.

Eventuais incursões *chetniks* por subúrbios da cidade faziam suas vítimas entre indivíduos e famílias que se viram presas entre o fogo cruzado. Os adultos do sexo masculino, estando envolvidos ou não na guerra, eram mortos em um padrão de ação que mostrava claramente a pretensão de expurgar a diferença. As mulheres eram estupradas e abusadas sexualmente em um fenômeno que se repetia por toda a BH – e que fora visto também na guerra da Croácia.

O estupro é uma prática relativamente comum em guerras. Contudo, o caso da ex-Iugoslávia o caracterizou como arma de guerra, com fins políticos bem delineados – purificar uma etnia – não como um espólio dos vencedores (Glinner, 1992, p. 209; Wilmer, 2002, p. 213-214).

Rape is an effective strategy of war, particularly of ethnic cleansing; rape is one form of atrocity and occurs alongside other atrocities; war provides the opportunity for widespread rape, and many if not all male soldiers will take advantage of it. Yet in the repertoire of violence of armed groups, rape occurs in sharply varying proportions to other forms of violence against civilians; in some cases the ratio is relatively high, in others very low (Wood, 2009, p. 132).

Há evidências de campos de concentração mantidos por *chetniks* na BH onde as mulheres eram mantidas cativas até engravidarem, quando então eram libertas para voltar aos seus familiares (Glenny, 1996, p. 209). Porém, como a etnia é transmitida pelo pai, as crianças nascidas desse abuso seriam diferentes de seus familiares, o que levava muitas mulheres a rejeitarem a criança quando

nascida ou, ainda abortar a gravidez. Isso quando não havia o suicídio em função da rejeição social tanto da mãe quanto da criança (Skjelsbæk, 2001, p. 220).

Rape was a tool of ethnic cleansing. But it was more than that, too. (...) Rape was a means of demoralizing the families and communities of the victims. It was a mechanism for destroying the nexus of relationships – family and community – that located women as mothers, daughters, sisters, and wives at their center. (...) It was a means by which leaders of paramilitary irregular forces could initiate younger, perhaps less-than-willing recruits into a brotherhood of violence. Rape was a hate crime (Wilmer, 2002, p. 213).

Estima-se que cerca de 50 mil mulheres foram sistematicamente violadas pelas forças *chetniks* em diferentes regiões da BH. A maioria, entre 70 e 80% foi de muçulmanas, seguida por mulheres croatas e uma minoria sérvia (Rae, 2002, p. 204; Wilmer, 2002, p. 213).

The pattern appears to be that in an attempt to ethnically cleanse, or get rid of the entire population, manipulating the procreative abilities of the women in the target ethnic group has proved to be an effective weapon (Skjelsbæk, 2001, p. 222).

Em Sarajevo não foi diferente (UN Experts, 1994, sp.).¹⁹⁵ Ainda que não acontecendo com a frequência de outras regiões,¹⁹⁶ o estupro era uma arma de guerra amplamente usada pelos atacantes para romper com a resistência e com o moral dos habitantes da cidade. Ademais, era uma forma de eliminar a diferença. Como mencionado, a etnia para os sérvios e para os bósnios é transmitida pelo pai

¹⁹⁵ Um dos casos de estupros em massa de mulheres bósnias muçulmanas por forças paramilitares *chetniks* é narrado no relatório UN Experts a partir do testemunho de vítimas desse tipo de violência. “In July of 1992, the Sonja cafe and hotel (...) served as the site for scores of rapes and killings of Muslim women by Serb forces. The ‘commander’ of this detention facility was Commander Miro Vukovic, a loyalist of Seselj’s forces. Vukovic reportedly established a system for Serb fighters to rape and kill women. Borislav Herak, a Serbian soldier standing trial for 35 killings and 14 rapes, related that soldiers were encouraged to go to the Sonja cafe to rape women and then take them elsewhere to be killed. Herak also witnessed or participated in the killings of at least 220 other Muslim civilians. Specifically, he watched as 120 civilians were gunned down by a Serbian unit called the ‘special investigation group’ in a field outside Vogosca. Herak was told by his commanders that raping Muslim women was ‘good for raising the fighters morale’. He and three friends raped one woman and then shot her in the back of the head near a mountain bridge. He went to the Sonja cafe once every three or four days, and reported that even though soldiers were raping and killing women every day, more women were always arriving. He describes, ‘(...) it was never a problem. You just picked up a key and went to a room.’ Vukovic provided the soldiers with justifications for killing the women after raping them. Vukovic once told Herak, ‘You can do with the women what you like. You can take them away from here – we don’t have enough food for them anyway – and don’t bring them back” (UN Experts, 1994, sp.)

¹⁹⁶ Acusa-se que o estupro de mulheres aconteceu principalmente no leste da BH, em locais como Kamenica, Milici, Zvornik e Klisa. Nos massacres em Mostar, Srebrenica e Goca também houve tal prática (Sacco, 2001, p. 117-118). “(...) [A]lthough all sides of the conflict did indeed perpetrate violence against women (as in all wars), it was the Bosnian Muslim women who were being systematically targeted, often being ‘incarcerated and repeatedly raped’, and this was part of the programme of ethnic cleansing” (Rae, 2002, p. 204).

da criança: o filho nascido de um estupro de uma mulher bosniana por um sérvio seria sérvio (UN Experts, 1994, sp.; Sacco, 2003, p. 26). Logo, o fruto daquela violência estaria politicamente conectado aos objetivos buscados. “Because this is ethnic rape, lacking racial markers, the children are regarded by the aggressors as somehow clean and purified, as ‘cleansed’ ethnically” (Rae, 2002, p. 203).

A violência contra a população não se esgotava na violência sexual. Como os discursos políticos que motivavam as políticas de identidade pregavam a desumanização dos inimigos, nem crianças estavam livres de serem alvos diretos da violência étnica. Crianças, de qualquer idade e sexo, eram consideradas alvos e atacadas da mesma maneira que adultos e combatentes. Estima-se que cerca de quinze mil crianças tenham morrido durante a guerra vítimas de explosões ou atos deliberados de violência contra elas (Bosnia – Children of War, 1993, meio eletrônico).

A violência contra crianças tinha um propósito. Segundo o documentário “Bosnia – Children of War”, a prática de atos de violência, especialmente mutilações, contra crianças visava três objetivos. O primeiro era a fuga de famílias das cidades atacadas, “facilitando” o trabalho dos atacantes. O segundo propósito era criar o medo e a insegurança nas crianças, que carregariam aquele sentimento de impotência por toda a vida e serviriam de exemplo para outros temerem o adversário. Finalmente, caso a guerra se prolongasse por tempo suficiente e a criança ficasse mais velha, as mutilações impediriam que pudesse lutar. Ataques contra crianças tinha, assim, uma racionalidade que impulsionava e legitimava politicamente a violência.

Uma das pessoas entrevistadas por Bill Carter conta a história de uma senhora que chegou acompanhada pelo filho no centro de refugiados da cidade e que parecia bastante alterada em suas faculdades mentais. O filho explicou que a mãe não era louca ou, ao menos, não o era até antes da invasão de um grupo de *chetniks* à sua casa. Quando os invasores começaram a vasculhar a casa atrás de bens e comida, o filho daquela senhora, então com três meses, começou a chorar. Os soldados pegaram o bebê e o colocaram no forno, ligando-o na seqüência. A criança chorou, chorou, até parar, alguns minutos depois. Quando abriram o forno, a criança estava rosa, “como um porquinho” (Miss Sarajevo, 1993, meio eletrônico).

Esses atos de agressão aconteciam diariamente e se tornaram rotina na cidade. Mas essa violência mascarava uma outra forma de violência que é cada vez mais comum em regiões afetadas por crises humanitárias e conflitos armados: a escassez de mantimentos e a dificuldade de acesso a eles.

Como o cerco a Sarajevo não diferenciava combatentes e não-combatentes de seu rol de vítimas. Todos eram possíveis alvos porque não se lutava uma guerra convencional e sim uma guerra onde o inimigo era fundamentalmente diferente. O inimigo tinha valores, origens, mitos de fundação diferentes e, por isso, deveria ser eliminado. Bombardeios, violações e agressões eram práticas freqüentes, mas caracterizadas como eventos. Mas a negação deliberada das condições mais básicas de sobrevivência era um processo contínuo, duradouro e estável. E acabava por influenciar na sobrevivência da população. Aqui percebe-se a presença da violência estrutural como política de guerra.

Um exemplo disso era o acesso à água, que ficava cada vez mais difícil conforme o cerco se prolongava. Bill Carter relata que durante o ano que passou em Sarajevo somente tinha acesso a água do córrego que passava em frente ao prédio que usava como escritório e dormitório. Ainda assim, era uma água poluída, que não podia ser bebida em quantidade suficiente para uma pessoa manter-se saudável (Carter, 2003, p. 172-175). Metta Spencer, contando a história de um ativista em Sarajevo, relata que o jovem foi contaminado com o vírus da hepatite em função da água poluída que bebia todos os dias (Spencer, 1995, p. 7).

Outra dificuldade inerente ao acesso a essas localidades era o perigo de serem atacados por *chetniks*. As fontes d'água que porventura ainda estivessem limpas eram alvo dos franco-atiradores, que ficavam à espera de suas vítimas se aproximarem. Darko, um jovem de quatorze anos entrevistado em *Miss Sarajevo*, conta que perto de sua casa havia um poço d'água, mas franco-atiradores estavam por todos os lados: “we must go. If we don't go, we die. If we go, we might die”.

6.3.1.3.

A quebra da institucionalização da guerra e da mudança no *warfare*

Os relatos apresentados mostram dois aspectos das novas guerras que as diferenciam das guerras tradicionais, que remetem tanto aos seus eixos analíticos, quanto ao papel assumido pela violência. Falamos aqui da quebra dos padrões de institucionalização e da mudança na maneira como a guerra é travada e, por conseguinte, de como a violência é organizada.

A caracterização da guerra assimétrica, envolvendo de um lado forças armadas e do outro grupos de indivíduos informalmente organizados reflete a inexistência do padrão de separação entre combatentes e não-combatentes naquela guerra. Era a quebra da institucionalização da guerra. O que havia eram identidades coletivas antagônicas que caracterizavam a relação de inimizade entre elas. Isso era o que distinguia o adversário. A construção do inimigo acontecia com base em discursos excludentes, as políticas de nacionalidade. Essas políticas justificavam e estimulavam a violência de cima para baixo, impondo práticas de violência direta – os bombardeios, assassinatos sistemáticos e estupros, por exemplo –, estrutural – a limitação ao acesso a recursos vitais e bens como forma deliberada de impor o dano e atingir o fim político buscado – e cultural, quando símbolos e valores eram utilizados para justificar e legitimar as demais práticas de violência.

De forma semelhante, os meios para lutar a guerra também reforçavam essa quebra de institucionalização. Os confrontos armados eram indiretos, caracterizando a disparidade de poder e recursos. As formas de utilização da violência rompiam com a lógica tradicional e prolongavam a guerra. Uma vez que o cerco foi visto como estratégia que não atingiria o fim político desejado, passou-se a buscar novas motivações para manter a guerra ativa. O emprego da violência tinha fins políticos, mas não mais os tradicionais, caracterizando-se como um modelo para expulsar e eliminar a diferença, reduzindo o apoio e a cooperação entre indivíduos de grupos distintos.

Essas dinâmicas já evidenciam a mudança na forma como a violência se apresenta nas novas guerras e como o seu uso caracteriza a busca por um fim político – mesmo que aparente ser imerso em um cenário de barbarismo. A instrumentalização das violências cultural, direta e estrutural apresenta uma

finalidade, que é a eliminação da diferença. Os relatos apresentados nas duas subseções acima. Contudo, com a narrativa da participação dos grupos privados na guerra, a mudança no papel da violência fica ainda mais nítida.

6.3.2.

A participação de grupos privados na guerra

A forma como a guerra da BH começou mostra uma ruptura nos padrões tradicionais de beligerância. O cerco a Sarajevo é um exemplo porque se tratava de um exército profissional sitiando uma cidade praticamente sem recursos para se defender. O movimento inicial que caracteriza a inserção desses grupos foi a reação à presença do JNA. Em um momento posterior, esses grupos passaram a preencher lacunas na organização da segurança da cidade e, gradualmente, retomaram às suas antigas atividades – a maior parte delas criminosas. A combinação de tarefas de defesa e a prática do crime marcou a dinâmica da violência em Sarajevo, caracterizando o uso da violência não apenas como um meio para atingir os fins buscados, mas também um objetivo em si, que se confundia com os próprios ganhos e benefícios obtidos, dando continuidade à guerra.

6.3.2.1.

A defesa patriótica de Sarajevo

Quando o cerco se formou, não havia um exército capaz de reagir ao poder do JNA e ao VRS, seu sucessor na BH. O ARBiH estava em seu estágio inicial e suas forças eram fracas e somente conseguiram sustentar o esforço de defesa de Sarajevo graças ao apoio dos grupos criminosos da cidade. As forças atacantes também contavam com grupos paramilitares (Glenny, 1996, p. 171) que, a partir da experiência na guerra da Croácia, dirigiam a violência contra as nacionalidades consideradas adversárias (Foer, 2004).

The Serbs, who controlled the Yugoslav Army garrison in the city, had an overwhelming advantage on weaponry, and criminals with secret stashes of guns were among the few Muslims with the means to resist (The NY Times, 1993, sp.).

Os grupos criminosos eram conhecidos de grande parte da população e muitos deles já haviam sido presos diversas vezes por crimes tão variados quanto assassinatos, estupro e roubo. Contudo, eles possuíam os recursos que as forças legais não possuíam. Sob o seu comando, os gangsteres tinham homens bem treinados, armados e preparados, que podiam ser mobilizados para enfrentar os *chetniks*. Até meados de 1993, esses grupos constituíram as principais linhas de defesa de Sarajevo enquanto o ARBiH ainda se formava e constituía suas forças, humanas e materiais (Sacco, 2003, p. 35-40). “In the absence of an established military defense system, Sarajevo’s criminal underground is widely credited for playing a critical role in saving the city” (Andreas, 2008, p. 28)..

Eles formavam o que Peter Andreas classificou como máfia patriótica (Andreas, 2008, p. 28) e juntaram-se, lado a lado, com as forças armadas bosnianas para a defesa da cidade. A quebra da trindade clausewitziana era evidente no cerco a Sarajevo, quando a separação entre governo, exército e população sumia em nome da defesa da cidade e do país.

A atuação dos grupos criminosos foi particularmente importante na aquisição de armamentos, que eram roubados de posições *chetniks*. Acostumados a ações rápidas e violentas, os criminosos não tiveram qualquer problema em enfrentar os soldados do VRS em escaramuças com o único objetivo de obrigá-los a ceder partes do seu armamento. A forma como os combates se davam caracterizava a guerra de guerrilha e permitia atos de violência que iam além dos comportados pela conduta na guerra: da mesma forma que os sitiadores *chetniks* promoviam agressões contra os bosnianos, as milícias bosnianas retribuía as agressões contra suas posições e vilarejos.

Graças aos equipamentos e a preparação para agir sob ordens, os grupos paramilitares ajudaram a suprir o déficit de soldados regulares e foram espalhados pelo perímetro da cidade, de maneira a garantir que a cidade não fosse invadida. Cada grupo, com suas particularidades, lideranças, métodos e recursos, assumiu a missão e defendia um pedaço de Sarajevo – que coincidia com seu “território”, de forma a não haver sobreposição entre as forças de defesa. O trabalho foi relativamente bem sucedido, pois se por um lado não houve a penetração do VRS, por outro houve a quebra da cadeia de comando que separava as forças oficiais e as forças privadas, o que fez com que assumissem tarefas paralelas.

Mas não eram apenas os criminosos que assumiram um papel de destaque na resistência contra o VRS. O ARBiH recebeu o apoio também de grupos privados, organizados como milícias paramilitares, que eram controlados por indivíduos muitas vezes sem qualquer passado criminoso (Sacco, 2003, p. 27). Os habitantes de Sarajevo, via de regra, tinham relutância em pegar em armas para lutar – vale ressaltar que no dia em que o cerco se estabeleceu e o VRS invadiu parte da cidade, houve uma mobilização envolvendo milhares de pessoas pedindo paz (Rae, 2002, p. 202). Destarte, qualquer ajuda que impedisse – ou, ao menos, atrasasse – o avanço do VRS era de vital importância para o mal aparelhado ARBiH. Para esses indivíduos, especialmente os bandidos de menor importância ou periculosidade, a guerra era uma excelente oportunidade para ganhar fama, dinheiro e diversão.

Em troca, como recompensa por seus serviços prestados, os líderes desses grupos ganhavam títulos honoríficos sem importância prática, mas que inflavam seus egos e objetivavam “mantê-los na linha” (UN Experts, 1994, sp.; Andreas, 2008, p. 29). Nomes de destaque eram os de Jusuf “Juka” Prazina, que comandava o grupo conhecido como “Lobos”, Ramiz Delalic e Ismet Bajramovic, ambos conhecidos como Celo (UN Experts, 1994, sp.; Carter, 2003, p. 307; Sacco, 2003, p. 35-40 e 107; Andreas, 2008, p. 29).¹⁹⁷ Musan “Caco” Topavolic era o líder paramilitar mais conhecidos dentre aqueles que não tinham passado criminoso.¹⁹⁸ Antes de – e também durante – a guerra, Caco trabalhou como músico, mas sua fama e respeito vieram de suas conquistas no fronte (Sacco, 2003, p. 39; Andreas, 2008, p. 30).

Não obstante a pouca importância de seus títulos, a população reconhecia o seu papel na manutenção dos atacantes fora dos limites de Sarajevo. Foram esses grupos que impediram a entrada das forças *chetniks*, aquarteladas nas montanhas no entorno da cidade. Diversos gangsteres e criminosos eram alçados a postos de

¹⁹⁷ Em seu livro “Uma História de Sarajevo”, Joe Sacco (2003) traz diversas narrativas em forma de quadrinhos sobre o cerco a Sarajevo e a guerra da BH, colocando moradores da cidade como protagonistas da trama. Ele apresenta uma breve biografia desses criminosos e líderes de grupos durante a guerra, ilustrando como começaram a se envolver com o conflito e o que fariam ao final do conflito armado – no caso daqueles que continuavam vivos.

¹⁹⁸ O que não implica que essas lideranças paramilitares não cometeram atos desmedidos de violência. Uma série de depoimentos de ex-combatentes que serviram em sua milícia acusam Caco de crimes de guerra, inclusive contra cidadãos de sua própria cidade (CPB, 2000, sp.). Esses depoimentos mostram que as milícias e grupos paramilitares que defendiam a cidade acabavam por se valer do poder para impor uma ordem paralela.

honra na cidade, passando a desfrutar de *status* de heróis. Mesmo vazios, os títulos e o prestígio adquirido pela defesa da cidade repercutiam nos privilégios que esses criminosos obtinham junto à população que protegiam, se tornando celebridades quase instantâneas. E esse era um *status* que eles não gostariam de perder. O poder e influência, especialmente dos líderes dos grupos, aumentara sensivelmente durante os confrontos e repercutiria, eventualmente, nas conexões que eles desenvolviam para manter sua posição.

By day, Serbian gunmen in the suburb of Grbavica fire mortars and sniper bullets into the Muslim-held quarters of the city, and Muslim soldiers, some under [Celo Bajramovic]’s command, fire back. At night, the two forces meet at the bridges spanning the Miljacka River, separating the Serbian and Muslim parts of the city, and conduct a thriving trade (The NY Times, 1993, sp.).

A guerra proporcionara, assim, uma nova forma de interação entre os atores e grupos políticos em Sarajevo que ajudavam a tornar o cerco menos punitivo – e, por que não, até mesmo desejável. Expomos a seguir os mecanismos utilizados pelos grupos privados para se valer da violência – da guerra e do cerco – para manter seu *status* e lucros.

6.3.2.2.

A violência pela violência

O discurso nacionalista étnico foi fundamental para a mobilização social e para o início da violência. “The manner in which elites sought to build the state and buttress their own identity played on stereotypes and fears, and generated a whole new set of fears” (Rae, 2002, p. 205). Todavia, não se pode dizer que o nacionalismo foi o elemento que manteve o cerco ativo por tanto tempo, ainda que tivesse relevância em tal continuidade. As dinâmicas sociais e econômicas que se desenvolviam durante o cerco foram fundamentais para manter o uso da força como elemento central no relacionamento entre os dois lados. Havia a violência entre as etnias rivais, mas também havia a colaboração entre os adversários, trazendo benefícios a ambos os lados. Mais do que uma ação militar pautada em objetivos políticos, o cerco começou a se tornar uma situação proveitosa para aqueles que desejavam obter benefícios de sua posição, independentemente de sua etnia, motivação política ou social.

As dinâmicas sociais que decorriam da guerra e do cerco permitiram que alguns atores desenvolvessem mecanismos de aumento e perpetuação do poder que não seriam possíveis em tempos de paz. Deste modo, o encerramento das hostilidades não seria desejado por eles, que estendiam a guerra o máximo possível para extrair seus lucros. Mesmo que isso significasse que outros grupos e atores, especialmente aqueles que experimentavam as conseqüências negativas da guerra, continuassem a sofrer da violência.

A participação internacional para mitigar os impactos do cerco na população se dava de maneira limitada, através da prestação de ajuda humanitária através da Força de Proteção das Nações Unidas¹⁹⁹ (“Unprofor”). Outros atores internacionais presentes no cerco eram organizações não-governamentais (“ONGs”) de ajuda humanitária, voluntários e outros trabalhadores internacionais, como imprensa e grupos ativistas.

Esses atores traziam bens e mantimentos para distribuir entre os sitiados, mas que eram eventualmente roubados por criminosos durante o seu transporte ou negociados – especialmente tabaco e álcool – com tropas *chetniks* do VRS nos *checkpoints* ao longo das estradas e nas vias de acesso a Sarajevo para garantir a entrega do restante (Andreas, 2008, p. 45). “To get food to the starving Sarajevans the UN had to make a deal, but the irony was that by making the deal the UN became involved in providing goods that would later sell on the black market” (Carter, 2003, p. 35).

O comércio irregular envolvia também os funcionários internacionais que prestavam serviço no aeroporto de Sarajevo ou nas agências da ONU. Em troca de alguns marcos alemães, os funcionários internacionais liberavam mercadorias, embarcavam civis irregularmente em vôos da ONU ou despachavam itens que não estavam na listagem oficial repassada às autoridades sérvias. Isso ajudava a transformar o aeroporto e os *checkpoints* em áreas de intenso tráfico de mercadorias contrabandeadas (Andreas, 2008, p. 9). “The real sharks among that type of businessman were the state and para-state officials: political, military and police” (Vreme, 1996, sp.).

¹⁹⁹ Em inglês, no original, *United Nations Protection Force*.

Essa tolerância no controle oficial dos bens proporcionou uma sensação de impunidade que permitia que as forças de defesa, extrapolassem suas competências e engajassem em atividades ilícitas. Muitos dos grupos de defesa eram formados por criminosos bosnianos que antes povoavam o submundo de Sarajevo. Mas o seu novo *status* social permitia estenderem suas atividades para esferas antes censuradas e fora dos limites que ocupavam, graças ao “passe livre” para transitar na sociedade “normal” que receberam com sua ajuda na guerra. Esse passe livre significou a extensão das suas atividades irregulares para a sociedade regular, principalmente no abastecimento dos mercados – legais e negro – e no controle do acesso à cidade. Para os novos negociantes, isso significava o lucro e a ascensão econômica e social. Para os sitiados, era mais uma prática de violência que recaía sobre eles.

Como seu prestígio cresceu com o rótulo de defensores da cidade e os títulos que decorriam de tal atuação, os grupos criminosos passaram a controlar o acesso às áreas onde realizavam o patrulhamento, tanto interna quanto externamente, literalmente controlando frações da cidade. De forma semelhante, estendiam seus contatos para além dos limites de Sarajevo, estabelecendo relações com os atacantes que resultavam em benefícios financeiros para ambos os lados. Isso era possível através do controle de mercados e da maior ou menor oferta de bens, conforme a variação de preços se estabelecia.

A participação dos grupos criminosos deu um novo sentido à expressão “economia de guerra”. O cerco se tornou um negócio lucrativo para eles, que já possuíam o *expertise* graças às suas atividades em tempos de paz. Em uma sociedade onde a força era um determinante para a sobrevivência, seus ganhos eram notáveis e a manutenção das condições de violência se mostravam propícias para os negócios. A colaboração entre atacantes e sitiados proporcionaria a continuidade da violência, que servia como forma de relação social entre ambos.

Sem constrangimentos oficiais que os impedisse de agir da maneira como entendessem, acabaram por estreitar as relações com as forças *chetniks*. Isso permitiu um esforço colaborativo que, ao longo do cerco, aferiu lucros para ambos os lados. A facilidade era maior àqueles que possuíam o cartão azul, que permitia a livre circulação pelos *checkpoints* e as linhas de combate, além de acesso aos vãos que transportavam a ajuda humanitária (Andreas, 2008, p. 46-48). Esse

comportamento criava um processo de continuidade na violência, dado que era ela o que permitia a manutenção das condições favoráveis que esses grupos encontravam.

It was not only the humanitarian effort that sustained the city, but also the opportunities that the UN aid and presence created for black marketeering and maintenance of a criminalized war economy. Officially, humanitarian aid helped feed Sarajevo's civilian population; unofficially, it also fed soldiers on both sides of the line through skimming and diversion (Andreas, 2008, p. 10).

Os bens desviados ou apreendidos dos comboios de ajuda humanitária eram negociados entre os adversários, permitindo que fossem novamente redirecionados para a cidade, mas na forma de mercadorias destinadas ao comércio, não mais à distribuição. Isso acabava por limitar a quantidade de recursos que chegava à cidade, criando grande demanda nos mercados. Entretanto, para uma cidade sitiada, Sarajevo era relativamente bem abastecida.

O destino das mercadorias obtidas irregularmente era os mercados de Sarajevo, que ofereciam bens que não estavam disponíveis nos pacotes ordinários de ajuda humanitária por preços elevados. A impunidade era tanta que os produtos ainda apresentavam em suas embalagens os logotipos da ONU e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados²⁰⁰ (“Acnur”) (Carter, 2003, p. 35).

O cerco impunha condições limitadoras a ambos os lados, mas propiciava condições que os tempos de paz não ofereciam. Era possível fazer grandes somas de dinheiro em poucas horas, através de parcerias bastante lucrativas com soldados da Unprofor (Sacco, 2003, p. 28-30) e com os *chetniks* do VRS (The NY Times, 1993, sp.). Segundo Celo Bajramovic, um dos líderes dos grupos criminosos, ucranianos e egípcios eram os principais negociadores dentre os soldados das forças de paz (Romeo and Juliet in Sarajevo, 1994, meio audiovisual), mas havia acusações de que tropas francesas também proporcionavam fácil acesso aos bens (Andreas, 2008, p. 47).

Outras condições, além da cooperação entre os envolvidos na violência, existiam e estimulavam a manutenção da guerra como forma de alcançar os objetivos de poder e riqueza desses grupos. O controle de mercado era

²⁰⁰ No original, em inglês, *Office of the United Nations High Commissioner for Refugees* ou UNHCR.

relativamente realizável, dado que eram os grupos criminosos de Sarajevo quem controlava a entrada e saída de bens por suas “áreas de jurisdição”. Mais importante, havia impunidade.

O comportamento das lideranças políticas de ambos os lados, que estimulavam o apoio da população e proclamavam a necessidade de agir em nome da sua nacionalidade, minimizavam atos de violência contra etnias diferentes em nome dos objetivos políticos. Isso proporcionava aos criminosos e aos atacantes as condições estáveis e a liberdade de ação para que os negócios acontecessem.

6.3.2.3.

A continuidade do conflito

A participação dos grupos privados, especialmente os criminosos, na defesa da cidade abriu oportunidades para estes grupos ascenderem social e economicamente. O *status* que eles receberam durante a guerra possibilitou a eles um tratamento diferenciado e uma importância que os deixou impunes diante de certas práticas e vínculos de colaboração com o adversário.

Enquanto houvesse a guerra, haveria a colaboração entre sitiados e atacantes. Com a colaboração, ambos os lados aferiam lucros. Percebe-se aí que a continuidade da guerra era interessante para ambos e poderia ser justificada com bases nas estratégias desenvolvidas pelas lideranças políticas. Restringir o acesso a bens e mantimentos a Sarajevo iria promover a violência necessária para a quebra da harmonia multi-étnica que lá havia e promover as tensões desejadas pelas políticas de identidade. Por outro lado, a interação entre atacantes e defensores, com estes conseguindo roubar armas e bens para trazer à cidade contribuía para a sua defesa. O que as lideranças políticas não contavam – ou não se opunham – era com o desenvolvimento de um sistema econômico oficioso, que mantinha os esforços ativos e perpetuaria as condições desumanas do cerco – ao menos para os cidadãos comuns de Sarajevo.

6.4. A securitização do cerco

O envolvimento internacional no cerco a Sarajevo, assim como em toda a guerra da BH, foi, grosso modo, marcado pela não-intromissão. As ações tomadas o foram feitas com certa relutância – desde a mobilização da Otan até a troca de acusações quanto à responsabilidade para agir diante da violência entre EUA e Europa (Glenny, 1996, p. 212; Economides e Taylor, 2007, p. 83-84). O embargo internacional de armas estabelecido contra os beligerantes foi uma medida que serviu somente para aumentar a assimetria entre as partes. O estabelecimento da Unprofor não fora unânime e eventuais alterações em seu mandato e composição eram cuidadosamente estudados antes de serem aprovados (Patriota, 1998, p. 85).²⁰¹

O não-envolvimento dos Estados na guerra se estendeu pelos dois primeiros anos, considerados os mais violentos em termos de ataques a Sarajevo. Alguns dos principais acontecimentos da guerra, como a destruição da Biblioteca Nacional, do prédio da presidência bósnia e da TV local foram destruídos nesse período. Também foi nesses anos que as construções na cidade foram bastante abaladas, bem como ataques maciços aos cidadãos eram realizados em bases sistemáticas, além dos crimes sexuais.

Uma participação mais ativa dos Estados aconteceu apenas depois do primeiro massacre de Markale, em fevereiro de 1994: “[d]iferentemente do que ocorrera no Golfo, não se configurava nos Bálcãs um caso de agressão destituído de ambigüidades (...)” (Patriota, 1998, p. 88). Foi aí que as forças internacionais, principalmente a Otan, se posicionaram mais decididamente contra o exército do VRS e os governantes sérvios. O cerco se tornou menos intenso a partir daí, com os bombardeios e ataques da artilharia *chetnik* diminuindo sensivelmente.

Pressure against the Serbs were now accumulating. They were facing an international organization which seemed to be threatening to move from peacekeeping to enforcement with the overt use of the military might of NATO under UN supervision (...) (Economides e Taylor, 2008, p. 90).

²⁰¹ Exemplos são os casos das resoluções do Conselho de Segurança n. 770 de 1992 e 816 de 1993 que autorizavam, respectivamente, o uso da força necessária para acabar com a violência e a participação da Otan nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU. Podemos citar também as resoluções n. 819, 824 e 836 de 1993, que criavam as áreas de segurança na BH. Em todos esses casos, houve ao menos uma abstenção.

Apesar da ONU reportar avanços que indicavam a possibilidade de negociação com o governo sérvio, a violência contra a população continuava. O desejo das grandes potências era simplesmente que o conflito armado saísse de cena (Andreas, 2008, p. 41; Miss Sarajevo, 1993, meio audiovisual). Isso, entretanto, não era possível. Sarajevo era um pólo de atração para a imprensa internacional, que via na cidade um micro-cosmos do restante do país.

6.4.1.

A impossibilidade de securitização da violência através do nível estatal

A violência inicialmente se inseriu nas estruturas políticas da federação iugoslava. A repressão à manifestação étnica durante o governo de Tito deu espaço, após pressões políticas, a uma maior liberdade e autonomia das repúblicas que colocava as elites sérvias em uma posição desconfortável. A reação das demais nacionalidades veio através da exacerbação de um discurso nacionalista com bases étnicas que colocou em risco não apenas a unidade do Estado, mas a sobrevivência das demais nacionalidades.

A independência bósnia foi logo reconhecida pela comunidade internacional em 1992, mas o que se seguiu foi uma guerra virulenta. Além da violência “normal” da guerra, dos confrontos entre exércitos e dos bombardeios a cidades, a guerra da BH evidenciou o retorno das práticas genocidas ao continente europeu (Montgomery, 2008) através da violência étnica no território bósnio (Rae, 2002, p. 210). A violência manifestava-se através de discursos políticos que incutiam políticas de identidade exclusivas e excludentes, evidenciando a diferença entre povos que conviviam há décadas juntos e criando o perigo e a ameaça nessa diferença.

As identidades coletivas estavam em risco, ameaçando o setor social, mas o discurso de securitização não foi recepcionado pela audiência. As práticas políticas de repressão e uso da força contra essas nacionalidades era colocada como uma política de Estado, logo inserir-se-iam em um rol de medidas que não mobilizariam excepcionalmente medidas de segurança. O próprio discurso securitizador era comprometido pela reciprocidade no tratamento à diferença pelas

nacionalidades na guerra. O tratamento violento não era exclusividade de nenhum dos grupos étnicos.

The Western expectation that recognition of Bosnian sovereignty would calm things down was naive, if not willfully blind. This recognition was not backed with any offers of protection for the vulnerable new state which [sic] was the object of the aspirations of Serb and Croatian nationalists both inside and outside Bosnia, and the newly fledged state was rendered even more vulnerable by the internationally sanctioned arms embargo. Thus, recognition without material support exacerbated the situation and “unleashed a wave of systematic rape, murder, and evacuation of Croats and Muslims in those parts of Bosnia coveted by Milošević” (Rae, 2002, p. 199).

As práticas adotadas pelas lideranças dos dois lados silenciavam eventuais discursos domésticos de securitização, dado que a violência partia da própria estrutura do Estado e dirigir-se-ia contra seus cidadãos e assemelhados. Isso impedia que a audiência para a qual se dirigia o discurso o recebesse e aceitasse, tornando a violência étnica uma questão de segurança. O que havia era uma série de movimentações políticas.

Tal contexto, somado à pré-disposição internacional em não intervir, fez com que a guerra na BH assumisse aspectos marginais aos principais eventos da agenda política internacional. Isso não significava, todavia, que não houvesse a percepção internacional do que estava acontecendo naquele país: a ONU apontava a necessidade de agir, mas sem qualquer capacidade de mobilizar o aparato necessário (Zametica, 1992, p. 67; Economides e Taylor, 2007, p. 82). Mas a indecisão e a relutância de definir quem seria o responsável por agir fez com que se ignorasse os apelos e, conseqüentemente, os impactos da guerra, tanto domésticos, quanto regionais e internacionais.

Com a preferência internacional era pela não-intervenção, medidas paliativas para auxiliar as populações em crise foram desenvolvidas entre os anos de 1992 e 1995, já que a dimensão da guerra já não mais se restringia às fronteiras bósnias. A designação da Unprofor para prestar assistência humanitária e guardar as áreas de segurança, ainda que sem a capacidade militar necessária, foi uma dessas medidas. Sua capacidade limitada – em parte pela hesitação política em mobilizar a capacidade material necessária e por mexer com interesses de grandes potências, como a Rússia, na região – refletia o pessimismo internacional com a possibilidade de intervir de maneira bem sucedida em conflitos internos (Farrell, 2002).

Apenas com a intensificação da agressão *chetnik* a níveis intoleráveis houve uma reação mais efetiva da comunidade internacional (Economides e Taylor, 2007, p. 93-94). Eventos como o massacre de Srebrenica, o bombardeio ao mercado de Markale e a invasão das áreas de segurança da ONU, ainda que não assumindo uma dimensão diferente daquela que norteou a prática da violência durante toda a guerra, tornaram a situação insustentável.

Essas reações foram tardias. Elas somente foram tomadas em um momento no qual as práticas de exclusão já estavam consolidadas na estrutura política e no imaginário popular através dos discursos nacionalistas e da impunidade. A violência tinha escalado para níveis não esperados e a comunidade

Mas qual o motivo que fez com que as atenções se voltassem para a BH e enxergassem a violência da guerra – seja na forma dos ataques militares, como nas práticas de limpeza étnica e de políticas excludentes institucionalizadas – como uma ameaça à sobrevivência? De onde surgiu o discurso securitizador da violência na BH?

6.4.2.

Atores securitizadores, audiência e o discurso de securitização

“We are not here to help, we are here to report”. É com essas palavras que um dos personagens de “Bem-vindo a Sarajevo”, um jornalista, resume seu papel na guerra. O sofrimento humano servia como combustível para as matérias e ações de ajuda humanitária que eram realizadas em Sarajevo, impactando na política e fazendo com que se buscasse soluções para encerrá-lo. Em outro filme sobre o conflito, um dos repórteres assume posição diferente e afirma que “[n]eutrality does not exist in the face of murder. Doing nothing to stop it is, in fact, choosing. It is not being neutral” (Terra de Ninguém, 2001, meio eletrônico).²⁰² Nessa relação aparentemente paradoxal entre o trabalho dos atores não-estatais internacionais e sua relação com o ambiente da guerra é que se estabelecia o discurso que securitizaria a violência.

²⁰² A frase foi dita pelo Sargento Marchand, também conhecido como Arizona Deux, criticando a inoperância da Unprofor, mas foi transmitida pela jornalista Jane Livingstone para se referir à necessidade de se intervir na guerra para ajudar aqueles que realmente precisavam.

ABC, CBS, NBC, CNN, CBC, SKY, BBC, ITN, WTN, the news of the world. It was all beamed direct from here, from behind the front lines to living rooms, and it all seemed so easy, so much less than it should be. As far as I could tell, most foreign journalists sat in this building or in the Holiday Inn eating cold sandwiches and drinking soft drinks, waiting for their local contacts to radio them with news of a disaster (Carter, 2003, p. 240).

O principal agente securitizador do cerco a Sarajevo e da guerra da BH foi a mídia. Apesar de ser um observador no meio da violência, a mídia tinha a capacidade de produzir as imagens e reproduzir as narrativas de violência que permitiriam criar para a audiência a figura da ameaça existencial decorrente da violência. Essas imagens e histórias, veiculadas para todo o mundo, juntamente com os relatos trazidos por voluntários e trabalhadores de agências internacionais, aumentavam a pressão sobre a opinião pública internacional (Sacco, 2001, p. 131), a audiência do discurso.

A opinião pública internacional, ao aceitar o discurso de securitização, promovia a pressão sobre os governos e instituições internacionais, de modo a mobilizá-los. Esse processo de mobilização não resulta necessariamente na tomada de medidas excepcionais por países em específico, mas leva a medidas a serem tomadas em nível internacional para acabar com a ameaça existencial.

Foram esses relatos, principalmente, que levaram ao mundo a violência que se abatia sobre a BH. Diante de uma comunidade de Estados praticamente inoperante, foram os atores não-estatais internacionais que romperam o silêncio sobre a guerra e trouxeram a realidade de uma guerra onde a violência não se apresentava da forma usual – e que por isso era ignorada pela comunidade internacional.

A participação desses atores não-estatais no discurso de securitização se voltava para acusar a violência estrutural e a violência cultural como formas de reduzir a dignidade humana e demandavam o apoio internacional para acabar com essa ameaça existencial. Exemplificamos o discurso securitizador promovido por esses atores em dois casos. O primeiro caso ilustra o discurso securitizador da mídia na oferta de ajuda humanitária através da Operação Irma. O segundo envolve o discurso securitizador promovido em combinação pela mídia e por personalidades internacionais. No caso, falamos do discurso de securitização promovido pela turnê Zooropa, do U2. O principal objetivo desse discurso era

humanizar as pessoas envolvidas na violência, de modo a não ser mais uma morte em mais um país isolado.

6.4.2.1.

A Operação Irma

O caso que ficou conhecido como Operação Irma consistiu no uso de imagens para retratar o estado caótico e a incapacidade dos hospitais de Sarajevo de tratar dos feridos em decorrência da violência da guerra. A denúncia se dirigia a insuficiência da assistência humanitária enviada para os habitantes de Sarajevo, que mais servia como paliativo do que propriamente uma ajuda.

O mercado de Markale, em Sarajevo, foi alvo de dois ataques de morteiros lançados pelos *chetniks*. No primeiro deles, em julho de 1993, cerca de sessenta pessoas morreram e mais de uma centena ficaram feridos. Os hospitais da cidade, já sobrecarregados, não foram capazes de oferecer o tratamento para os removidos, inclusive Irma Hadzimuratovic, uma menina bósnia de cinco anos que foi gravemente ferida na explosão. Ela sofrera uma fratura muito severa na coluna, mas que seria tratável em condições normais, o que não seria possível na cidade sitiada.

Indignados com as suas condições de trabalho e o que isso repercutia para os pacientes, os médicos fizeram circular a sua foto pela mídia – representada pelos correspondentes internacionais presentes em Sarajevo –, em busca de apoio médico não apenas para a menina, mas para as dezenas de feridos que lotavam os hospitais da cidade todos os dias (Duncan, 2000, p. 123). Em um misto de reportagem e apelo humanitário, a fotografia da menina foi amplamente divulgada, juntamente com a sua história.

A imagem provocou comoção internacional e colocou a opinião pública contra os políticos europeus, que preferiam uma abordagem que privilegiasse um menor envolvimento com as questões da guerra. Mas, diante de tamanho apelo e pressão, especialmente junto aos governos de países democráticos, o primeiro-ministro inglês John Major mandou um avião resgatar a menina e trazer para tratamento na Inglaterra. A ação de resgate ficaria conhecida como Operação Irma e trouxe, além da menina, outros trinta e oito feridos em estado grave.

Essa foi a primeira de algumas poucas incursões para evacuar feridos em Sarajevo, mas sem se tornar uma prática habitual. Não obstante a pouca recorrência desse tipo de ação, a Operação Irma pode ser considerada como uma espécie de catalisador do Efeito CNN na BH (Glinieck, 1993, sp.; Redmond, 1993, p. 1452).

6.4.2.2.

A turnê Zooropa do U2

O caso da turnê ZooTV, da banda irlandesa U2, é outro exemplo da dos impactos do discurso de securitização promovido pela mídia e direcionado a opinião pública exigindo um envolvimento maior internacional na guerra. Curiosamente, tanto a Operação Irma quanto o primeiro *link* ao vivo com Sarajevo estabelecido na turnê aconteceram no mesmo mês de julho de 1993. Mas os preparos começaram alguns meses antes.²⁰³

O lema da turnê do U2 era “por uma Europa unida”. A banda se referia à queda do muro de Berlim e ao processo de integração europeu, então em curso. Bill Carter, um funcionário de uma ONG de assistência humanitária que morava em Sarajevo, aproveitou a oportunidade e entrou em contato com a produção da banda, mandando cartas e faxes com relatos e fotos do que acontecia em Sarajevo. O conteúdo dessas era esperançoso, ainda que ele não tivesse a certeza de que o grupo chegaria sequer a receber as informações.

Para a sua surpresa, o contato entre ele e a banda foi estabelecido e negociações foram iniciadas. O grupo parecia bem entusiasmado e queria fazer um show em alguma área aberta de Sarajevo, como forma de mostrar o seu apoio. Durante a negociação, eles foram desaconselhados a prosseguir com essa idéia por duas razões: (i) uma aglomeração de pessoas em terreno aberto somente facilitaria o ataque *chetnik* e (ii) o alcance da mensagem seria muito restrito. Para algo que realmente mudasse a percepção da opinião pública, motivando e pressionando a ação internacional, algo maior deveria ser feito.

²⁰³ Para um relato mais detalhado da idealização, negociação e realização dos *links* de TV com os shows do U2, ver Flanagan (1995) e Carter (2003). As imagens com os *links* abertos nos shows da turnê estão disponíveis nos materiais extras do documentário *Miss Sarajevo*, mas podem ser acessados também pelo *site* YouTube. Disponível em <<http://www.youtube.com/>> e acesso em 01 de fevereiro de 2007.

O resultado foi a montagem de uma transmissão via satélite, ao vivo, de Sarajevo para um dos shows, em Bolonha. A transmissão se repetiu outras nove vezes, sempre levando moradores de Sarajevo para serem entrevistados e contar a sua história para os milhares de fãs da banda. O impacto sobre a platéia sempre era grande e gerava ondas de protestos e mobilizações a favor de Sarajevo. Houve ainda a composição de uma música sobre a cidade, *Miss Sarajevo*, baseada em um concurso de beleza realizado em 1992, em pleno cerco *chetnik*, que era tocada como forma de manter o pensamento voltado para a capital bósnia. Em termos mais práticos, a renda obtida com a canção foi destinada à ajuda humanitária.

6.4.2.3.

Condições facilitadoras do discurso de securitização

Além dos dois exemplos que mostramos acima, outros discursos foram promovidos, diariamente e com maior ou menor grau de sucesso. Afinal, a transmissão da guerra acontecia quase que em tempo real e, sendo na Europa, uma miríade de veículos de comunicação estava cobrindo a violência.

Essa presença maciça de veículos de imprensa e de informação proporcionavam que as matérias sobre a guerra chegassem minutos depois de serem gravadas aos telespectadores. Os noticiários eram tomados por lideranças políticas, imagens de sofrimento humano e números de vítimas formando estatísticas gritantes, ainda mais considerando que a neve da guerra havia se dissipado do mundo após o fim da Guerra Fria, ao menos no ocidente. A opinião pública internacional era alimentada com essas informações e se conscientizava com o que estava acontecendo.

Mas, mesmo sendo uma violência que acontecia no coração da Europa, ainda havia o distanciamento entre observador e objeto. Aquelas eram estatísticas alarmantes. Mas eram apenas estatísticas. Faltava algo para tornar aquelas vítimas humanas.

É nesse aspecto que entram as produções culturais a que nos referimos ao longo deste capítulo. Elas serviram como condições facilitadoras para a aceitação do discurso de securitização, proporcionando as condições para que a humanização das vítimas acontecesse e produzisse o impacto nas audiências.

A guerra da BH foi particularmente fértil no tocante à produção de uma filmografia, seja ela de ficção ou não-ficção, que retratava o conflito, sua história e a sua repercussão social. Isso sem mencionar as obras que focavam a ausência de envolvimento internacional, especialmente nos primeiros anos da guerra.

Filmes como “Bem-vindo a Sarajevo”, “Terra de ninguém” e “Resolução 819” são particularmente ácidos quanto ao papel – ou a ausência de um papel – da ONU na guerra. Documentários como “Miss Sarajevo”, “Bosnia – Children of War” e “Romeu e Julieta em Sarajevo” retratavam a violência étnica e as condições estruturais que permitiram que a guerra se prolongasse por vários anos, sem que houvesse respostas da comunidade internacional. Criticando fundamentalmente a sua incapacidade de se envolver de fato na guerra mesmo dispondo de condições para tanto, esses filmes criavam uma narrativa que evidenciava o distanciamento ocidental da questão étnica na BH.

A combinação entre evento da guerra que mostravam um padrão de violência recorrente que remetia aos horrores da II Guerra Mundial com a sensibilização das produções culturais serviu como aspecto facilitador do discurso de securitização. As vítimas da violência étnica eram humanizadas nessas histórias e deixavam de ser apenas os números frios trazidos pela imprensa. Elas recebiam nome, parentesco e suas histórias de vida poderiam se confundir com a do público que ouvia os relatos.

A forma como as narrativas eram desenvolvidas proporcionava uma comoção e identificação com a situação que aproximava o espectador/leitor do objeto de descrição. Isso facilitou a transformação de uma discussão política para uma dimensão pública e, a partir daí, tornando-se um problema de segurança.

6.5. Conclusão

Encerramos esse capítulo sintetizando o caso aqui apresentado para ilustrar nosso argumento. Podemos perceber a ocorrência das três formas de violência trabalhadas no capítulo anterior – violência direta, violência estrutural e violência cultural – na guerra da BH. Aliás, uma coisa que se deve explicitar é que a

incidência da violência, na forma de violência cultural e estrutural, começou antes mesmo do Estado bósnio se tornar independente.

Durante a década de 1980 houve o desenvolvimento de discursos nacionalistas que justificavam a violência e a exclusão com base em etnia, religião e cultura na ex-Iugoslávia. Era o início das políticas de identidade, que excluía segmentos da sociedade e privilegiavam outros, com base em uma história anterior ao Estado. A repressão política acontecia através de ações do JNA para silenciar eventuais manifestações nacionalistas e também pela institucionalização de práticas políticas que caracterizavam a utilização da força na política.

Com a independência das ex-repúblicas iugoslavas no início da década de 1990, veio a guerra. A violência direta. Mas a legitimação para o uso da força se dava em duas dimensões distintas: era uma guerra e havia a necessidade de se atingir fins políticos. Logo, o uso da força se justificaria para os beligerantes com base nisso. Mas também havia o problema da diferença: o uso da força contra culturas diferentes se baseava em um discurso de superioridade. A violência cultural legitimava e autorizava a violência direta. O uso da força assumia um papel social, legitimando a exclusão e proporcionando o acesso a bens e prestígio – principalmente por parte dos sitiados – que não seriam possíveis em tempos de paz. Colaborações entre inimigos étnicos eram frequentes, assim como alianças entre o poder formal e o submundo de Sarajevo na manutenção do seu *status*. A continuidade da guerra era útil para ambos os lados – ainda que alguns grupos de indivíduos sofressem com a situação.

Por conta disso, a securitização da guerra não se tornou possível, não ao menos a partir dos atores domésticos envolvidos. Aquela era uma ação política e como tal era tratada. A omissão internacional também não caracterizou uma preocupação em mobilizar recursos excepcionais para encerrar a guerra. A alocação da Unprofor serviu como forma de resposta à pressões, mas se mostrava ineficiente, mesmo para os seus limitados propósitos.

Restou a atores internacionais não-estatais trabalharem com o discurso da macro-securitização. Foram eles quem trouxeram à audiência internacional – a opinião pública – a necessidade de medidas urgentes para resolver o problema de segurança e retornar à política normal. A combinação entre relatos e narrativas de trabalhadores humanitários, imprensa e a produção cultural em torno do conflito

humanizou as vítimas da guerra, aproximando-as do restante do mundo e atraindo a atenção da opinião pública. Eventualmente, em 1995, o Acordo de Paz de Dayton seria assinado, levando a uma presença militar mais efetiva no país, conduzindo a BH a um processo de paz, que ainda levaria anos para se encerrar.